



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Ciências Humanas – IH

Departamento de Serviço Social – SER

Curso de Graduação em Serviço Social

Orientador (a): Fábio Felix Silveira

PÂMELA QUEIROZ FOLHA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Análise das Interações Religiosas nos Conselhos Tutelares da Ceilândia

Brasília - DF

2018

PÂMELA QUEIROZ FOLHA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Análise das Interações Religiosas nos Conselhos Tutelares da Ceilândia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social do Instituto de Ciências Humanas - IH da Universidade de Brasília - UnB como requisito final para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador (a): Fábio Felix Silveira

Brasília - DF

2018

PÂMELA QUEIROZ FOLHA

**ANÁLISE DAS INTERAÇÕES RELIGIOSAS NOS CONSELHOS TUTELARES DA
CEILÂNDIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social – SER, do Instituto de Ciências Humanas – IH da Universidade de Brasília, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: ____/____/2018

BANCA EXAMINADORA:

Orientador: Prof.^a Fábio Felix Silveira

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Avaliadora interna: Prof.^a M^a. Patrícia Cristina Pinheiro de Almeida

Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília

Avaliadora externa: Clementina Araújo Bagno da Silva

Mestranda PPGDSCI/CEAM/UnB

Brasília-DF, ____ de julho de 2018

A minha mãe, mulher forte e guerreira.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que cuida dos meus passos, e me dá a luz que eu preciso para seguir. Quem me conhece de todo, e traça todos os meus caminhos. Muito obrigada!

Agradeço à minha família, em especial a minha Mãe Zilma que me proporcionou ter oportunidade de estudar e crescer como ser humano. Por ser esse exemplo que mulher guerreira, que trabalhou duramente para sustentar suas duas filhas. Foi à fonte de inspiração para a conclusão desse Trabalho. E a minha inspiração de ser humano que eu quero um dia chegar a ser. Você é minha razão, te amo!

À minha irmã Paloma por ter estado ao meu lado nos momentos difíceis e de extrema pressão que é a finalização de um curso. Pelos conselhos, pelo exemplo de dedicação, de responsabilidade e de carinho. Te amo, obrigada!

As minhas avós Percília e Nailda por serem exemplos de mulheres de luta na minha vida, a quem trago uma enorme admiração e respeito. O amor de vocês me deu força pra chegar até aqui. Muito obrigada!

À Anna Cecilia porque lutou do meu lado para que essa pesquisa fosse concluída, e quem não me deixou desacreditar em nenhum momento. Sem você eu não teria chegado até aqui. Sou extremamente grata pelo seu carinho e força. Obrigada!

Aos meus amigos do “bonde” e companheiros de graduação, que nos momentos difíceis me aconselharam e me orientaram para não desacreditar e seguir. Especialmente agradeço a Diana, Wesley e Victoria que durante toda a graduação se fizeram presente na minha vida, e nesses quatro anos me ajudaram nesse processo de estar longe da minha família. Agradeço também pela força dada nos últimos dias. Obrigada!

Agradeço a equipe da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, que me proporcionou dois anos riquíssimos no meu campo de estágio. Foram inúmeras as experiências e conhecimentos trocados. Em especial, agradeço a minha supervisora Marcia Roberta Vieira de Matos, por quem tenho um carinho e uma admiração enorme. Foi e sempre será a minha grande inspiração de profissional do Serviço Social. Muito obrigada!

Ao meu orientador Fábio Felix Silveira por ter me dado a tranquilidade necessária para não desacreditar na pesquisa. Pelos elogios, pelas orientações, pelo respeito e pela transparência. Foi um longo processo de estudo em que aprendemos bastante. Muito obrigada!

A todos os docentes do curso de Serviço Social pelo conhecimento transmitido, pela dedicação e luta pelo ensino publico de qualidade. Pelos questionamentos e por terem influenciado na minha escolha por essa profissão incrível! Muito obrigada!

*Levantar os panos que encobrem o
que nos aflige pode abrir uma caixa
de Pandora da qual sairão esvoaçando
demônios que trazem aflição e dor.
O circo dos conflitos dorme. É preciso
audácia para abrir a cortina e saltar
na arena junto com tudo o que fingia
sossegar, mas nos atormentava tanto.*

Lya Luft. O rio do meio

RESUMO

O trabalho de conclusão de curso “Análise das Interações Religiosas nos Conselhos Tutelares da Ceilândia” visa analisar de que forma os Conselhos Tutelares da Ceilândia interagem com as Instituições Religiosas. O objetivo geral da é identificar quais as interações existentes entre as Instituições Religiosas e os Conselhos Tutelares. Trata-se de uma pesquisa de caráter exploratório, a qual possui como método de análise de procedimento o materialismo histórico dialético, sob uma abordagem qualitativa. A população-alvo da pesquisa foi formada por um (1) conselheiro tutelar de cada uma das três (3) unidades da Região Administrativa de Ceilândia. Com a análise, foi possível verificar que a presença das Instituições Religiosas no espaço do Conselho Tutelar se dá devido à omissão do Estado junto aos serviços ofertados nesse espaço. Ao passo que, a frágil capacitação dos conselheiros tutelares favorece a aproximação dos movimentos religiosos nas ações do Conselho Tutelar.

Palavras-Chaves: Conselho Tutelar; Interações Religiosas; Política da Infância.

ABSTRACT

The conclusion of the course "Analysis of Religious Interactions in Ceilandia Tutelary Councils" aims to analyze how the Ceilandia Tutelary Councils interact with Religious Institutions. The general objective of this study is to identify the interactions between Religious Institutions and Tutelary Councils. This is an exploratory research, which has as method of procedure analysis dialectical historical materialism, under a qualitative approach. The target population of the research was formed by one (1) guardian counselor of each of the three (3) units of the Administrative Region of Ceilandia. With the analysis, it was possible to verify that the presence of the Religious Institutions in the space of the Guardianship Council is due to the omission of the State next to the services offered in this space. On the other hand, the fragile training of guardianship counselors favors the approximation of religious movements in the actions of the Guardianship Council.

Keywords: Guardianship Council; Religious Interactions; Childhood Policy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ART	Artigo
CEI	Campanha de Erradicação de Invasões
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CF	Constituição Federal
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referências de Assistência Social
CT	Conselho Tutelar
DF	Distrito Federal
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor
MNMMR	Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua
MP	Ministério Público
ONU	Organização das Nações Unidas
PDAD	Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio
RA	Região Administrativa
SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
SDH/PR	Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
SECRIA	Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescente e Juventude do Distrito Federal
SER	Departamento de Serviço Social
UnB	Universidade de Brasília

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A IGREJA CATÓLICA	17
1.1 A Construção Do Conceito De Infância	17
1.2 O papel histórico da infância no Brasil, e sua relação com a Igreja Católica.....	19
1.3 Os Avanços e desafios postos a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	23
CAPÍTULO II – O CONSELHO TUTELAR E AS DIFERENTES INTERAÇÕES RELIGIOSAS FACILITADORAS DE AÇÕES EMERGENCIAIS	28
2.1 Democracia participativa e seus principais desafios no espaço do Conselho Tutelar	28
2.2 O Conselho Tutelar	30
2.3 O Conselho Tutelar e a Rede de Proteção à Infância.....	33
2.4 As interações religiosas no espaço do Conselho Tutelar	34
CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE O CONSELHO TUTELAR E A RELIGIÃO: A PERCEPÇÃO DA RELIGIÃO NOS CONSELHOS TUTELARES	40
3.1 A Região Administrativa de Ceilândia	40
3.2 Trajetórias de vida e origem do interesse pela área da infância e pelo CT.....	42
3.3 Processo de formação e sua relação com a rede	44
3.4 A Rede de proteção	47
3.5 As interações religiosas nos Conselhos Tutelares	50
3.6 Percepção dos conselheiros sobre a importância da religião para a Política da Infância	52
CONSIDERAÇÕES FINAIS	54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICE 1 - Roteiro de entrevistas	63
APÊNDICE 2 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	64
APÊNDICE 3 - Parecer Consubstanciado do CEP	66

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise das interações religiosas nos Conselhos Tutelares da Região Administrativa de Ceilândia, e a sua relação com a política da infância no contexto brasileiro.

O interesse pelo tema surgiu a partir da experiência de estágio na Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN) em que pude participar de uma pesquisa envolvendo os conselhos tutelares do DF, com o apoio da Secretaria de Estado de Políticas para Crianças e Adolescente e Juventude do Distrito Federal (SECRIA). Essa pesquisa teve como objetivo conhecer o perfil dos conselheiros tutelares eleitos para o mandato 2015-2019. Para isso, foi realizado o levantamento da trajetória desse serviço, através de entrevistas semiestruturadas, com representante do Ministério Público (MP), sociedade civil e governo. Estas tinham como objetivo recuperar o contexto histórico da atuação desses agentes e do processo eleitoral. Também foram aplicados questionários com os conselheiros recém-eleitos. O questionário levantou informações sociodemográficas, como: sexo, idade, raça/cor, estado civil, religião, escolaridade e local em que exerce a atividade remunerada e motivações principais para a candidatura.

Em um segundo momento dessa pesquisa, esta em que eu pude estar participando ativamente, a equipe visitou todos os Conselhos Tutelares do Distrito Federal. O objetivo foi levantar informações sobre a estrutura física das unidades, sua articulação com a rede de proteção social, a trajetória dos Conselheiros e suas visões sobre o ECA. Neste segundo momento foram utilizadas três fontes de dados: aplicação de questionário; entrevistas semiestruturadas; e diário de campo.

Durante a realização das visitas pela equipe da Codeplan foi observado que eram frequentes as unidades que possuíam simbologias religiosas em seus espaços. Eram constantes a presença de bíblias, crucifixos, quadros contendo palavras bíblicas, terços, santos, entre outros. As reclamações também acerca do prazo para a entrega de uma cesta básica emergencial pelo Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), e da consequente solicitação junto as Instituições Religiosas.

Entendendo a importância desse tema dentro do contexto de um Estado Laico, mas que historicamente tem na religião a base da sua formação ética e moral. Bem como afirma Montero (2013), ao analisar o papel da Igreja católica durante o surgimento do regime

republicano, apesar da Instituição perder seus poderes civis, o catolicismo permanece como matéria-prima na construção da nacionalidade disputando com o positivismo dentro das classes letradas, mas sendo absoluto entre as classes populares.

A escolha dos Conselhos Tutelares da Região Administrativa (RA) de Ceilândia se baseou na importância histórica dessa cidade na construção do Distrito Federal. Possui também o maior número de conselhos tutelares entre as Regiões Administrativas do Distrito Federal, são quatro Conselhos Tutelares (CTs) no total. Utilizando os dados da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio do ano de 2015 fizemos o levantamento do seu contingente populacional e da religiosidade da sua população. A Lei Distrital nº 5.294 de 13 de fevereiro de 2014, cujo Art. 5º ficam criados na Região Administrativa de Ceilândia (RA IX), os seguintes Conselhos Tutelares: Conselho Tutelar de Ceilândia – I; Conselho Tutelar de Ceilândia – II; Conselho Tutelar de Ceilândia – III; Conselho Tutelar de Ceilândia – IV.

Surgiu então o interesse em pesquisar a relação entre política social e religiosidade, sendo mais específica na relação do funcionamento da política da infância no espaço institucional do conselho tutelar. Para nortear o trabalho, foram feitos os seguintes questionamentos: De que forma os Conselhos Tutelares interagem com as Instituições Religiosas? De que forma a religião auxilia no trabalho do conselheiro tutelar? Quais os principais movimentos religiosos que interagem com o CT? Quais os desdobramentos dessa interação para a política social? E para a política da infância?

O objetivo, portanto, foi compreender quais são as interações religiosas existentes nos Conselhos Tutelares. Os objetivos específicos se desdobram em identificar quais as interações existentes entre as Instituições Religiosas e os CTs; compreender em quais aspectos a religião influencia na atuação do conselheiro tutelar; e identificar as fronteiras na relação entre as Instituições Religiosas e o CT.

O método utilizado foi o materialismo histórico dialético, pois compreendeu-se como o método de análise da realidade que melhor se adequa ao objetivo da pesquisa. Entendendo, portanto, que a totalidade do fenômeno é resultado de uma construção histórica, é vista a partir de uma totalidade. Netto (1985) ao falar sobre totalidade, afirma que não se trata de um conjunto de partes que se integram resultando em um todo, mas como um sistema dinâmico e contraditório de relações articuladas que se explicam estruturalmente.

Propomos então, uma abordagem qualitativa, na qual o pesquisador ao se apoiar na categorização dos elementos “detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que aí se expressam, do mesmo modo que nas relações entre as unidades de sentido assim construídas.” (LAVILLE & DIONNE, 1999, p.225). A partir da análise de dados primários e secundários, buscou-se fazer uma construção histórica das bases para análise do fenômeno. Entendendo processo de criação do CT a partir das legislações existente e também a histórica participação da Igreja Católica no trato das questões relacionadas à infância e a adolescência no Brasil, e a sua participação na formação da identidade nacional são fatores importantes para a compreensão do problema da pesquisa. Bem como, a ascensão dos movimentos neopentecostais e sua interação com as políticas sociais.

Antes da realização das entrevistas, o projeto de pesquisa referente a este trabalho foi enviado ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da Universidade de Brasília (UnB) a fim de que a pesquisa fosse aprovada. De acordo com a Resolução N °466 de 12 de dezembro de 2012, toda pesquisa envolvendo seres humanos deve passar pelas exigências dessa Resolução proposta pela CEP. E no dia 09 de maio de 2018 foi emitido um parecer consubstanciado informando que a pesquisa havia sido aprovada e poderia prosseguir.

Ressalto a dificuldade com relação ao tempo de análise do projeto pelo Comitê de Ética, este passa por um primeira fase de análise da documentação enviada durou certa de 7 dias uteis. Em seguida passou a valer o prazo de 45 dias para retorno da avaliação feito, e caso o projeto apresentasse pendências o prazo recomençaria e passa a valer mais 45 dias. Consequentemente essas medidas tendem a dificultar aos alunos de graduação a submissão dos projetos a este Comitê, visto que o pesquisador tem apenas 6 meses para conclusão do seu trabalho, e para isso precisa antecipadamente da aprovação para inicio da pesquisa com os sujeitos participantes.

As entrevistas foram semiestruturadas, ou seja, entrevistas com “perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada.” (CAMPOS, 2014, p.55). Essa técnica teve por objetivo compreender quais os tipos de interações e/ou influências tem o CT com as Instituições religiosas. Buscou-se apreender se estava diretamente ligado a práticas e auxílios materiais, ou discursos religiosos.

A Região Administrativa de Ceilândia conta com quatro (4) CT, porém a presente pesquisa foi feita em três (3) CT, devido a dificuldade de acerto prévio com uma das Instituições. Devido consenso e acerto prévio com a maioria dos Conselhos Tutelares (3 no total) junto a pesquisa, no qual as coordenadoras responsáveis pelas unidades assinaram o Termo de Aceite Institucional¹, decidiu-se pela continuidade da pesquisa, garantindo a validade dos dados e maior confidencialidade da pesquisa.

A análise de documentação direta e indireta foi feita através do levantamento das legislações existentes acerca do CT disponíveis online, e de artigos e teses disponíveis na plataforma Scielo. A análise foi realizada a partir da busca por referências relacionadas aos seguintes temas: Interações Religiosas, Conselho Tutelar e Política da Infância.

Em relação ao eixo das interações religiosas, foram pesquisadas referências que abordassem a questão da religiosidade e a influencia religiosa nos espaços públicos. No eixo do Conselho Tutelar, uma busca pela origem desse modelo democrático e comunitário, sua forma de organização, a legislação vigente (decretos, portarias, leis) e a importância desse modelo para a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes. No eixo Laicidade, as bases de formação do Estado Laico da democracia são o centro do debate.

A partir disso, o Trabalho de Conclusão de Curso estruturou-se em quatro capítulos: “A história da infância e da adolescência e sua relação com a Igreja Católica” refere-se ao resgate sócio histórico da política da infância no Brasil. Abordei o conceito de infância, procurando compreender como as sociedades anteriores entendiam este período e quais caminhos percorreram até chegar ao modo como é conhecido atualmente pela sociedade moderna. Destacando neste processo o papel das Instituições Religiosas, tendo como foco a Igreja Católica, por sua forte presença na história e na construção do pensamento ocidental.

O segundo capítulo é intitulado “O Conselho Tutelar e as diferentes interações religiosas facilitadora de ações emergências” discute as bases de formação de democracia participativa e as diferentes formas de interações religiosas dentro do Conselho Tutelar. É um órgão comunitário que tem entre suas atribuições previstas, a fiscalização e a prevenção das violações contra crianças e adolescentes. Assim, o capítulo tem como objetivo apontar alguns aspectos importantes na relação entre Conselho Tutelar e as Instituições Religiosas, fazendo o resgate da história da política sociais.

¹ Apêndice 2.

O terceiro capítulo “A relação entre o Conselho Tutelar e a religião”, tem como objetivo explicitar através das entrevistas realizadas quais as interações existentes entre os CTs de Ceilândia e as Instituições Religiosas. Para compreender foi apresentada de forma breve a história a RA Ceilândia, utilizando dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílio – PDAD de 2015.

A conclusão do presente trabalho destacou então, três tipos importantes de interações, a importância da provocação das comunidades religiosas para a atuação do Conselho Tutelar no território, a prestação de serviços pelas instituições religiosas ou por Instituições coordenadas por elas, e a participação de líderes religiosas nos encontros mensais da rede de proteção da RA.

CAPÍTULO I – A HISTÓRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA E SUA RELAÇÃO COM A IGREJA CATÓLICA

Início o primeiro capítulo deste trabalho abordando o conceito de infância, procurando compreender como as sociedades anteriores entendiam este período e quais caminhos percorreram até chegar ao modo como é conhecido atualmente pela sociedade moderna. Destacando neste processo o papel das Instituições Religiosas, tendo como foco a Igreja Católica, por sua forte presença na história e na construção do pensamento ocidental.

1.1 A Construção Do Conceito De Infância

O conceito de infância abordado neste capítulo advém de uma construção histórica pela qual passou a sociedade e cujos modos de observação e interpretação sobre essa fase da vida foram modificando-se ao longo do tempo. Para entender o desenvolvimento desse conceito, utilizarei de uma pesquisa bibliográfica sobre o assunto em questão, na qual apontarei as bases que permitiram a sociedade a modificação do seu pensamento, e do sentimento com relação à infância e a adolescência.

As principais mudanças com relação ao olhar sobre a criança só aconteceram por volta do século XVIII, destacando-se a grande influência da Igreja nesse processo. Em sua obra Philippe Ariès (1986) destaca como algumas das formas que contribuíram para a mudança do entendimento sobre essa fase da vida, a presença da infância nas iconografias religiosas sob a forma da figura do anjo jovem, a representação do menino Jesus (através da maternidade da Virgem Maria), e a criança nua durante a fase gótica.

Se a mudança de paradigma sobre a infância só acontece a partir do século XVIII, como era então representada essa fase da vida nos séculos anteriores? De acordo com os estudos de Philippe Ariès (1986), até o século XII, o sentimento de infância poderia ser considerado desconhecido ou não representado pela arte medieval. A iconografia que dá base ao estudo do autor demonstra que mesmo nos quadros religiosos com passagens bíblicas em que a infância é mencionada, ela aparece com características preponderantes de adultos.

No mundo das fórmulas românicas, e até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido. Essa recusa em aceitar na arte a morfologia infantil é encontrada, aliás, na maioria das civilizações arcaicas. (ARIÈS, 1986, p.51)

No decorrer do processo de descoberta da infância, surge novamente uma figura importante responsável por aproximar a sociedade de uma nova visão em relação a essa fase

da vida, e mais próxima da visão moderna, a Igreja. Por volta do Século XIII, como já fora mencionado, a presença da infância nas iconografias religiosas sob a forma da figura do anjo “representado sob a aparência de um rapaz muito jovem, de um jovem adolescente” (ARIÈS; 1986, p.52), fora uma das primeiras representações desse período mais próximas do sentimento moderno que conhecemos atualmente.

Logo em seguida, ganha destaque a figura do menino Jesus e da menina Maria. Pois encarna-se na Igreja um período de devoção a maternidade da Virgem, e que segundo Ariès (1986), é através dela que a tenra infância ingressara completamente no mundo das representações. Ou seja, daí advém nas representações um olhar sob a criança como um ser inocente e ingênuo, retratada ao lado de seus pais como passível de afeto e atenção.

No entanto, há que se destacar que como afirma Ariès (1986), até o século XIV este sentimento caracterizado como tenra infância se limitou mais ao menino Jesus, visto que essa sociedade não compartilhava do sentimento moderno de valorização e estima da infância. Uma das causas para isto, é que nessa época a taxa de mortalidade infantil era muito alta, não haviam remédios, ou pré-natais em hospitais como hoje se conhecem. Sendo assim, “o sentimento de que se faziam várias crianças para conservar apenas algumas era e durante muito tempo permaneceu muito forte.” (ARIÈS, 1986, p.56).

A terceira figura apontada por Ariès (1986) como sendo uma das responsáveis pela descoberta da infância é a criança nua durante a fase gótica. Esta adentra na arte através das tentativas de representação da alma e da morte. O que demonstra um salto imenso de interpretação sobre a infância e o modo como foi sendo modificada com o decorrer dos anos, de anjo, passando pela fase tenra até chegar à nudez. Compreender isso não como uma sequência lógica de acontecimentos, mas como um desenvolvimento de consciências que foram influenciadas pelo seu contexto econômico, social, religioso, e cultural é o principal desafio presente para se entender esse processo de descoberta e desenvolvimento da infância.

Já ao que diz respeito à adolescência, esse período ficou “apagado” da história por mais tempo, devido à maneira como se transitava do mundo infantil ao adulto. Porém alguns ritos religiosos demonstram como era o pensamento da época com relação a essa fase, como descreve Mauad (2007), ao citar a primeira comunhão, como uma solenidade que determinava o fim da “puerícia”, que se realizava por volta dos dez e treze anos. Sendo nas meninas, o

mais cedo com intuito de evitar a proximidade do casamento, evento este destinado a fase adulta.

De acordo com Ariès (1986), é possível destacar dois sentimentos que envolveram a infância através dos séculos, que correspondem não a uma afeição com relação às crianças, mas à consciência da particularidade infantil que é responsável por distingui-las do mundo dos adultos. Esses sentimentos correspondem a “paparicação” e a moralização.

O sentimento da “paparicação” surge a partir do século XIV, e diz respeito a uma forma de olhar a criança como um objeto de distração e entretenimento, que envolve o adulto “por sua ingenuidade, gentileza e graça” (ARIÈS, 1986, p.158). Antes disso, o apego com relação à criança era dificilmente retratado, devido aos altos índices de mortalidade infantil na sociedade.

Outro sentimento com relação à infância surge no século XVII, através da influência dos moralistas e dos educadores da época, o sentimento da moralização. A criança vista como um ser passível de moralização e de educação, que diferentemente da “paparicação”, nasce no meio externo ao ambiente familiar, e adentra nas relações familiares através do interesse em formar “homens racionais e cristãos” (ARIÈS, 1986, p.163).

Tentava-se penetrar na mentalidade das crianças para melhor adaptar a seu nível os métodos de educação. Pois as pessoas se preocupavam muito com as crianças, consideradas testemunhos da inocência batismal, semelhantes aos anjos e próximas de Cristo, que as havia amado (ARIÈS, 1986, p.163)

O impacto desses dois sentimentos dentro das relações familiares e da sociedade foi determinante para a mudança no lugar ocupado pela infância nesses espaços. Porém, as condições de sobrevivência para elas continuavam as mesmas, as taxas de mortalidade ainda eram altas. Surge então, no século XVIII, uma preocupação com relação à saúde física da criança. Pois, “conforme o sentimento de pesar pela perda de uma criança se desenvolvia, crescia também a preocupação em cuidar para a sua sobrevivência.” (MAUAD, 2007, p.160). É nesse contexto, que a infância ganha um lugar central na família e torna-se um objeto de atenção social.

1.2 O papel histórico da infância no Brasil, e sua relação com a Igreja Católica.

A obra de Phillipe Ariès (1986), traz importantes contribuições para a compreensão do surgimento e desenvolvimento do sentimento da infância para as diferentes construções históricas da sociedade. No entanto, torna-se necessário destacar que se trata de um estudo

feito a partir da interpretação de uma sociedade burguesa européia, e seu modo de “enxergar” a criança.

A partir das reflexões expostas no tópico anterior acerca do surgimento e desenvolvimento do sentimento de infância, prosseguiremos com a discussão sobre compreensão do conceito de infância na realidade histórica brasileira. E com isso, buscaremos entender as particularidades desse território no qual habitavam variados povos, e sobre o qual prevaleciam duas importantes Instituições, a Monarquia e a Igreja Católica.

A história do Brasil diz respeito a um legado de exploração e colonização sobre os povos que aqui habitavam. As relações sociais existentes no território brasileiro vão se constituir como um reflexo desse modo de organização da sociedade. Dentro dessas relações, a criança vai ser um objeto de interesse social de acordo com o estrato social ao qual pertence. Às crianças indígenas era necessário “civilizar”, e principalmente “evangelizar”, enquanto que às crianças escravas exploravam-se delas a mão-de-obra, e as burguesas restavam a “adultização”. Mas pode-se dizer que em comum, possuíam sobre elas um olhar de “tutela”.

Antes de iniciar nossa discussão, é importante compreender o significado e a diferença entre dois conceitos que serão essenciais para esse estudo: a infância e a criança. Qual a importância de entendermos a diferença conceitual entre os dois? E como isso se aplica a nossa discussão?

Primeiramente, e diante do que foi exposto no tópico anterior, a infância passa a ser reconhecida a partir do século XVIII, como um objeto de interesse social. Isto não quer dizer que a criança enquanto um indivíduo não tivesse importância social até então. De acordo com Ariès (1986), a infância corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem.

Enquanto a infância é um conceito resultado de uma construção histórica-social-cultural a partir da visão de mundo do adulto, a criança é um sujeito atuante em sua realidade, ou nas palavras de LOPES (2008, p.64), “as crianças são sujeitos reais, produtores de cultura, fazedores de história, construtores de geografia e, portanto, corresponsáveis na própria sistematização da noção de infância que o mundo adulto lhes confere”

No entanto nem sempre o pensamento da sociedade e das famílias se baseou nesse olhar sobre a criança enquanto sujeito atuante. Lopéz (2008) faz uma importante contribuição

ao associar o pensamento europeu da época, uma insaciável “fome” de poder e de domínio sobre outros territórios e povos, com a ideia que se tinha com relação à infância. O olhar sobre o “Outro”, o ser não-europeu, como aquele que representa a “ausência” de algo, que precisa ser civilizado de acordo com os costumes europeus, e as crianças como aquelas que “representam uma ausência e essa ausência favorece a projeção e a apropriação do Outro” (LOPÉZ, 2008, p.27), marcam a história brasileira.

De acordo com Lopéz (2008), a infância no Brasil transitou durante a conquista da América a partir da relação com o Outro, sob as bases indeterminadas da identidade e da diferença, e entre a igualdade e a desigualdade. O que estava em jogo era a pretensão européia em expandir seu domínio para além do seu território, e para isso precisou pensar “o Outro”, que seria aquele não pertencente a sua cultura, como um ser passível de dominação, que necessitaria ser “civilizado” de acordo com os costumes europeus. “Desse modo, a meio caminho entre o próprio e o alheio, entre o mesmo e o Outro, entre a identidade e a diferença, a infância revelou-se como um conceito-chave na construção de uma nova tecnologia de controle social: o colonialismo” (LOPÉZ, 2008, p.26).

Os termos utilizados na época para descrever os povos colonizados, como “alma de criança”, “bárbaros”, “bons selvagens” descrevem como o era “pensar o Outro”, comparando-o com uma criança, e fazendo com que se justifique um “poder de tutela” sobre ele. Era representá-lo a partir de um pensamento que o considera frágil, vulnerável e mais que isso aquele que “ainda não é”, ou aquele ao qual “ainda falta”.

A infância que transporta nas mãos o tesouro do futuro nem por isso é merecedora de valor. Percebida como o início da vida humana, primeiro passo da longa jornada, rascunho do homem do amanhã, a infância é identificada como o lugar da carência, da falta, dos espaços vazios que serão preenchidos com o transcorrer do tempo. (VASCONCELLOS, 2008, p.97)

Esse pensamento com relação à criança como um sujeito incompleto, no qual é justificada a presença do “universo adulto” para preenchê-lo, de acordo com Lopes (2008), nega seu papel de sujeito social, suas histórias, geografias e possibilidades de construção, de ação e de diálogo. Negando também sua capacidade de mudança dos espaços e tempos no qual se insere e o transforma em sujeito passivo, aquele que apenas recebe a ação dos outros em seu cotidiano.

A consciência coletiva organizada em volta dessa forma de pensar a infância foi bastante influenciada por uma figura central neste debate, a Igreja Católica, que desde o início

da colonização, exerceu um papel fundamental nas questões relacionadas à infância. Um desses papéis, segundo Rizzini (2009), era o cuidado das crianças por parte dos padres jesuítas que objetivava tirá-las do “paganismo” e discipliná-las, através da imposição de normas e costumes cristãos.

Esse processo de “evangelização” e “cristianização” das crianças fez parte de uma moralização e de uma imposição de pensamento, que tem como finalidade enquadrar a criança no “universo adulto” para que ela possa se tornar um sujeito completo, visto que ainda não é considerada como tal. De acordo com Lopéz (2008), a evangelização, foi responsável por estabelecer uma “identidade-diferencial”, que ao mesmo tempo em que defendia e prometia uma suposta igualdade, também a negava quando reconhecia o sujeito como incompleto.

Em outro período da história com a Proclamação da República em 1889 e da instituição do Decreto 119-A, de 7 de janeiro de 1890, que proibiu a intervenção da autoridade e dos Estados em matéria religiosa, ao estabelecer a liberdade de culto e abolir o Patriarcado, dá-se início a uma fase de separação da Igreja e do Estado. A partir da promulgação da Constituição Federal de 1891, como destaca Oliveira (2003), a separação entre Igreja e Estado é reafirmada, pois põe fim ao monopólio católico, extinguindo o padroado, secularizando os aparelhos estatais (casamentos e cemitérios) e garantindo, pela primeira vez, a liberdade religiosa para todos os cultos.

Essas mudanças políticas vão repercutir também no campo da infância e da adolescência, principalmente em como se intervirá sobre elas. Pois paralelo a esse processo de construção de uma identidade nacional a infância ganha novos contornos. O aumento da pauperização decorrente da mudança na dinâmica econômica interna do Brasil levou a análise de que “o aumento da criminalidade entre os “menores” era descrito como um fato consumado” (RIZZINI, 2009, p.118).

A separação entre Igreja e Estado durante toda a história do país correspondeu apenas a um período de 40 anos, pois o nascimento do Estado Novo no ano de 1930 trás consigo a reaproximação da Igreja com os interesses Estatais, isso porque segundo Oliveira (2003), a Igreja se mostrava simpática ao populismo, pois mantinha boas relações com Getúlio Vargas.

Na visão conciliatória de Vargas a Igreja não deveria ficar de fora do projeto nacional. Como a República havia separado o Estado da Igreja, a Revolução de 30 tenta um novo pacto com a Igreja com a introdução do ensino religioso facultativo,

articulando assim uma nova integração entre o público, o privado e o religioso. (FALEIROS, 2009, p.51)

Com base nessa perspectiva é elaborada a primeira legislação para regular a política da infância no Brasil, o Código de Menores de 1927. Inicia-se então, uma fase de judicialização e tutela da infância no Brasil, que segundo Bandeira (2006), caracterizava-se por concentrar nas mãos do juiz de menores, o poder de decidir o que é melhor para a criança e/ou adolescente. Nessa legislação o termo menor era usado para designar às crianças e adolescentes que cometeram infração, as abandonadas e as violadas. Por consequência, “a impressão que se tem é que através da lei em questão procurou-se cobrir um amplo espectro de situações envolvendo a infância e a adolescência.” (RIZZINI, 2009, p.133)

Durante outro período de Ditadura (1964 – 1985), esta que ficaria ainda por 20 anos no Brasil, em 1964 foi criada a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que de acordo com Bandeira (2006), acrescentou novas práticas correcionais-repressivas, destinada principalmente ao trato da criança e do adolescente pobres e abandonados, baseadas em uma perspectiva autoritária que caracterizou o período de exceção como um todo. De uma maneira geral, a questão passou a ser considerado caso de polícia.

É na organização dos movimentos sociais pela redemocratização do país que ocorreu uma mudança na perspectiva da política da infância no Brasil. A CF de 1988, considerada a mais democrática já estabelecida no país, abriu caminho para a participação da sociedade na dimensão política nacional. A partir da abertura de espaços públicos e políticas participativas, através de conselho de participação social, gestão e cidadania.

1.3 Os Avanços e desafios postos a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Antes de iniciar esse tópico em que serão discutidos os avanços postos a partir da implementação Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), farei um breve resumo sobre o período que antecede a ele. Percorrendo entre os anos de 1927 e 1979 nos quais vigorava no Brasil o Código de Menores, cuja base ideológica e prática se rompeu para dar lugar ao Estatuto, que trouxe mudanças significativas na concepção em relação à infância e adolescência no país e os modos de intervenção sobre ela.

Um conjunto de mudanças políticas e sociais foram responsáveis para que o Brasil, no início do século XX formula-se a primeira legislação destinada à infância. Dentre elas,

destaca-se a insuficiente ação caritativa das instituições sob o fenômeno da infância pobre e abandonada, que segundo Santos et al. (2009), baseava-se na religião sendo a ação praticada com as crianças um ato de caridade e bondade individual, que tinha por finalidade a conversão religiosa. Outra mudança foi a presença dos reformadores higienistas que fundamentados na ciência positivista criticavam comportamentos e atitudes da sociedade, visando garantir a “ordem social”.

É nesse contexto que surgiu uma figura importante para a construção desse debate, o Estado Moderno. Também conhecido como “estado protecionista” ou “estado intervencionista”, surgiu no ano de 1930, e foi o responsável pela criação de normas e leis que regulassem a situação da infância no Brasil. Ideologicamente foi influenciado pelo universalismo cristão, o qual de acordo com López (2008), afirmava que a igualdade era o estado natural dos homens.

Com base nesse modelo regulamentou-se a primeira legislação para infância no Brasil, o Código de Menores de 1927, influenciado pela doutrina da “situação irregular”. Nesta concepção, segundo Santos et al. (2009), o termo “menor” foi destinado a criança e/ou adolescente abandonado material, social ou moralmente, ficando muito restrita as camadas mais empobrecidas da sociedade. Aqui pode-se observar uma particularidade da infância neste período, aos filhos das classes mais abastadas da sociedade eram consideradas pela sociedade e legitimadas pelo Estado enquanto crianças, e àqueles “abandonados” pelo Estado, pela Família e/ou pela sociedade, eram denominados menores.

Esse período foi responsável também por uma fase, caracterizada por Faleiros (2009), como a articulação entre público e privado, cuja política central baseou-se na intermediação das verbas públicas com os estabelecimentos particulares. O governo de Vargas criou o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), como peça principal de assistência centralizada a infância. Inicialmente, de acordo com Rizzini; Rizzini (2004), foi uma instituição sem autonomia financeira e administrativa, estando subordinado ao Ministério da Justiça. E somente no ano de 1944 teve alcance nacional, tendo um olhar destinado ao “menor” e a sua família.

O órgão, no entanto, recebeu diversas críticas por parte de autoridades públicas representantes da sociedade, e da própria sociedade. Segundo, Rizzini; Rizzini (2004), com o tempo passou a ser um objeto das relações clientelistas existentes no país, ao passo que

também foram identificadas irregularidades no vínculo dos estabelecimentos particulares contratados pelo Estado para prestar o serviço. Além disso, houve uma crescente “criminalização da instituição” pela mídia e pela sociedade, pois no imaginário popular o SAM era visto como uma “prisão para menores transviados” e uma “escola do crime”.

Em oposição ao SAM surgiu em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM). Segundo Rizzini;Rizzini (2004) a nova instituição teve seu modelo baseado na crítica ao seu antecessor e por isso possuiu autonomia financeira e administrativa, além da completa oposição ao "depósito de menores", ou seja, a internação compulsória dos menores. No mesmo ano foi instaurada a Ditadura Militar no Brasil, cuja grande preocupação foi com a "segurança nacional", na defesa contra a “ameaça comunista” e por isso a criança tornou-se um “objeto” de atenção das autoridades no país.

A década de 80 foi responsável por uma grande mudança no campo da infância e da adolescência no Brasil. De acordo com Bandeira (2006), foi nessa época que começaram a surgir iniciativas de movimentos sociais brasileiros com base em um modelo de atendimento diferenciado aos meninos e meninas de rua, fugindo das visões assistencialista-filantrópica, e correccional-repressiva. São eles, o Projeto Alternativas de Atendimento aos meninos e meninas de rua, e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua – MNMMR. Esses movimentos são responsáveis por “dar voz e vez a crianças e adolescentes em situação de risco, tornando-os protagonista da construção da própria cidadania” (BANDEIRA, 2006, p.95).

Além de ter um papel ativo na Constituinte junto com o UNICEF, o MNMMR contribuiu para a mobilização da sociedade no sentido de aprovar e exigir a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, juntamente com intelectuais, juízes progressistas, promotores, Pastoral do Menor e Parlamentares (FALEIROS, 2009, p.80)

Esses movimentos também foram protagonistas na mobilização social entorno da elaboração da Constituição Federal de 1988, na defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes, culminando na formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente. A convocação da Assembléia Constituinte para elaboração da Carta Magna, após o fim da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) contou então com a presença dos movimentos sociais, que de acordo com Santos et. al (2009), fizeram pressão na defesa de instrumentos jurídicos legais na CF a fim de ampliar a defesa dos direitos de crianças e adolescentes. E com isso ampliou-se a discussão nacional sobre a participação da sociedade no processo de mudança da legislação do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 foi elaborada ao mesmo tempo em que se discutia a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, aprovada pela ONU em 1989. Isso facilitou para que se incorporasse à legislação nacional elementos advindos da discussão internacional. Segundo Santos et. al (2009), a Carta Magna resguardou ainda, entre suas especificidades, a ideia de cidadania como participatória ou democracia representativa, que teve como gênese a participação dos movimentos sociais brasileiros nesse período, sendo influenciada pelas ideologias socialistas e pela Teologia da Libertação ².

Considerada a primeira da história do país a garantir direitos específicos à infância, a CF passou a considerar a criança e o adolescente como seres em desenvolvimento. Também aconteceu a substituição do termo “menor” por “crianças e adolescentes”, o que demonstra uma ruptura com a estigmatização que acompanha o termo, passando a considerá-los como sujeitos de direitos, independente da sua classe social. Nos artigos 227 e 228 da Constituição de 1988 é possível constatar a mudança do paradigma:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Art.228. São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial. (BRASIL, 1988)

Em 13 de julho de 1990 foi sancionada a Lei nº 8.069, que substituiu o Código de Menores de 1979, e que representou um marco na proteção integral aos direitos da criança e do adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trouxe definições de conceitos importantes para a construção do novo paradigma na política da infância. Dentre eles, essa mesma Lei definiu em seu art. 2º o conceito de criança, como “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade”.

Se na legislação anterior a concepção político-social que se tinha era de que o Código de Menores de 79 seria um instrumento de controle social dos menores vítimas da omissão por parte da família, da sociedade e do Estado, no ECA a nova lei passou a ser instrumento de

² De acordo com Silva (2006), a Teologia da Libertação corresponde a uma nova concepção sociológica, eclesiológica e teológica originária na Igreja Católica que inicialmente teve por características uma identificação com os camponeses expropriados do acesso a terra e com o proletariado, morador das favelas e subúrbios pobres; esperando encontrar dentro desse grupo de “dominados” e no “corpo social” da própria Igreja, os novos heróis, ainda não vistos ao longo da história.

desenvolvimento social voltado a população infanto-juvenil, visando a garantia de direitos daqueles que se encontravam em situação de "risco social ou individual".

Outra mudança significativa foi a estruturação da nova política de atendimento, que de acordo com o modelo anterior se baseava na visão “judicialista”, e tinham como instituições de atendimento, a FUNABEM, as FEBEMS e programas comunitários. Já no ECA, criou-se o Conselho de Direitos, Fundos de Direitos da Criança e Órgão Executores de Políticas Básicas, todos articuladas em modelo de rede.

Esse conjunto de mudanças proposto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente demonstra que avanços foram conquistados, mas que os desafios da prática e da realidade social são muitos, e que por isso pede dos profissionais, das autoridades, e da sociedade uma constante luta em favor da proteção integral as crianças e aos adolescentes. Entende-se, portanto, que romper com a ideia da criança enquanto um objeto de “manipulação”, e da infância como um período a ser moldado pelo adulto, é um desafio atualmente para toda a sociedade e principalmente para os profissionais atuantes na área. Buscar formas de compreender esse período, não como aquele que “vai vir a ser”, mas aquilo que ele “já é” é essencial pra romper com essas formas ainda “objetificadoras” dos sujeitos. Ou nas palavras de Vasconcellos (2008, p.98),

É pensar caminhos capazes de subtrair do termo infantil o caráter pejorativo e subestimado, que permitam ver a infância, não pelo que lhe falta, mas pelo que possui de inegavelmente seu; não pelo que será quando não for mais infância, mas pelo que é; onde a infância não seja uma questão cronológica, mas a própria condição da experiência – uma experiência infantil.

Compreende-se, portanto, que romper com esses olhares equivale pensar a criança enquanto sujeito portador de “vez” e de “voz”. É entender a particularidade dessa fase da vida, sem restringi-la apenas ao que ela “vai vir a ser”, mas entendendo-a como um sujeito completo em sua totalidade. E esse pensamento e compreensão só foi possível graças aos avanços alcançados na sociedade brasileira a partir da instituição da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO II – O CONSELHO TUTELAR E AS DIFERENTES INTERAÇÕES RELIGIOSAS FACILITADORAS DE AÇÕES EMERGENCIAIS

2.1 Democracia participativa e seus principais desafios no espaço do Conselho Tutelar

A década de 80 foi responsável por mudanças significativas na concepção de cidadania no Brasil, e tiveram participação nesse processo os movimentos sociais e outros setores da sociedade. De acordo com Dagnino (2002), as principais mudanças apontavam na direção de uma sociedade mais igualitária, com base no reconhecimento de todos os sujeitos como portadores de direitos, incluindo o direito a participação efetiva na gestão da sociedade.

A elaboração da Constituição Federal de 88 e também da Lei 8.069, de 13 de junho de 1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, abriram espaço para essa nova concepção, bem como para a inclusão da participação social, “[...] enquanto princípio teórico-prático no arcabouço jurídico-legal do Estado” (SOUZA, 2009, p.176). Essas mudanças repercutiram diretamente nas políticas da infância e adolescência no Brasil, bem como no modo de planejamento, administração e fiscalização das mesmas. Sendo exemplos, a participação e representação da sociedade dentro de espaços públicos com os Conselhos de Diretos da Criança e do Adolescente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal e os Conselhos Tutelares (CT's).

Na tentativa de romper com o autoritarismo da Ditadura Militar imposta no governo anterior, a redemocratização no país seguiu um desenho institucional de caráter mais democrático, descentralizado, e com a participação ativa da sociedade na fiscalização, controle e gestão de espaços e políticas públicas. Além disso, Souza (2009) cita o fortalecimento das instâncias de governo subnacionais, os estados e os municípios, a fim de fortalecer o controle social e a participação nas decisões políticas, através da transferência de novas competências e recursos públicos.

Todas essas mudanças tinham como objetivo, segundo Tatagiba (2002), reverter o modelo padronizado de planejamento e execução das políticas públicas. Esperava-se provocar um tensionamento entre Estado e sociedade ao que diz respeito à transparência e responsabilidade com temas e interesses de agenda pública. Assim a sociedade civil brasileira passaria a ocupar um lugar fundamental na democratização da gestão pública, rompendo com

os modelos antigos de autoritarismo e centralização das decisões e do poder por parte do Estado.

O Conselho Tutelar surgiu dessa concepção, como um modelo descentralizado e municipalizado, que apostou na desinstitucionalização do atendimento a crianças e adolescente. Sua criação se deu sob a base da democracia participativa, que tem na sociedade civil o agente interlocutor entre a política e o sujeito. É um órgão comunitário que teve entre suas atribuições previstas, a fiscalização e a prevenção das violações contra crianças e adolescentes, bem como o encaminhamento das mesmas ao Ministério Público (MP). Cabendo também a ele, a elaboração de requisições de serviços públicos para atender as crianças e adolescentes em cada localidade e a participação nas discussões orçamentárias destinadas aos programas e planos de atendimento a infância.

No entanto, a autora Dagnino (2002) afirma que esse novo modelo de participação democrática nos espaços públicos irá encontrar obstáculos para o seu funcionamento como o autoritarismo social, e as visões hierárquicas e excludentes da sociedade e da política, mesmo sendo também no confronto desses padrões que se têm resultados democratizantes de sua atuação.

Por outro lado, as continuidades autoritárias e conservadoras que reproduzem a exclusão na sociedade brasileira estão longe de estarem confinadas no aparato do Estado e certamente respondem a interesses enraizados e entrenchados na sociedade civil. Avaliar então o impacto da sociedade civil sobre o desempenho dos governos (governance) é uma tarefa que não pode se apoiar num entendimento abstrato dessas categorias como compartimentos separados mas precisa contemplar aquilo que as articula e as separa inclusive aquilo que une ou opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses, inclusive aquilo que une ou opõe as diferentes forças que as integram, os conjuntos de interesses expressos em escolhas políticas: aquilo que está sendo aqui designado com projetos políticos (DAGNINO, 2002, p.282).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, estabeleceu no art. 133 os requisitos para a candidatura de conselheiro tutelar. Segundo o art. 133, serão exigidos “I- reconhecida idoneidade moral; II- idade superior a vinte e um anos; III- residir no município” (BRASIL, 1990). E sobre os impedimentos, no artigo 140, está o de servir no mesmo Conselho “marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado” (BRASIL, 1990). E no artigo 139, o processo de escolha é “estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público” (BRASIL, 1990).

Essas medidas visavam principalmente a participação da comunidade na defesa dos direitos da criança e do adolescente, ao passo que procurou evitar práticas corriqueiras da política brasileira. Também uma gestão descentralizada dando poderes aos municípios e ao Distrito Federal de fiscalizar as eleições, juntamente com o MP e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

2.2 O Conselho Tutelar

O Conselho Tutelar foi um órgão criado a partir da instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA de 1990. Foi definido pela lei, no art. 131, como um “órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente” (BRASIL, 1990). O ECA estabeleceu ainda em seu art. 132, que em cada município tenha um conselho tutelar, composto por 5 membros escolhidos pela comunidade local para um mandato de 4 anos, permitida uma recondução.

De acordo com o último Cadastro Nacional realizado em 2012 pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR, o Brasil contava com 5.906 Conselhos Tutelares estruturados, sendo 632 a menos do que o recomendado pela Resolução 119 do CONANDA, para cada 100.000 habitantes em um município. Ressalta-se a dificuldade de encontrar bases de dados atualizadas com relação ao mesmo objeto de estudo proposto por essa pesquisa em âmbito nacional.

Seu caráter permanente advém, segundo Nascimento et al (2009), de uma preocupação da Convenção Internacional da Criança e do Adolescente da ONU³ e de um compromisso em assegurar proteção de direitos contínua e sem interrupções. Sua origem marca um novo período em que Estado e Sociedade se unem na defesa dos direitos desses sujeitos.

Quanto ao seu caráter autônomo, Seda (1997) afirma que se trata de um órgão que em suas decisões não está subordinado a nenhum outro órgão ou instituição, ou seja, que possui autonomia para realizar as atribuições que lhe foram conferidas pelo Estado. De acordo com o Art. 136 do Estatuto da Criança e do Adolescente, são atribuições do Conselho Tutelar:

I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;

³ Convenção Internacional sobre os direitos da Criança aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1989.

- II - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII;
- III - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto: a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança; b) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- IV - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente;
- V - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;
- VI - providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no art. 101, de I a VI, para o adolescente autor de ato infracional;
- VII - expedir notificações;
- VIII - requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- IX - assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- X - representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;
- XI - representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- XII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes.

De acordo com Nascimento et al. (2009) apesar de se encontrar vinculado a um Poder Executivo Municipal, o CT não é um órgão do governo, mas do Estado. Seu público-alvo são crianças e adolescentes. De acordo com o Estatuto, art. 2, criança sendo “a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade” (BRASIL, 1990). Não pertencem a políticas fragmentadas e setorializadas como assistência social ou segurança pública, nem é um órgão judicial. Seu compromisso é com o cumprimento e o zelo dos direitos das crianças e adolescentes.

Essa última característica tem sido ameaçada de acordo com Nascimento e Scheinvar (2007)⁴, pois segundo elas, o modelo de atuação do Poder Judiciário vem sendo adotado no espaço do Conselho Tutelar, mesmo sem este deter tal Poder. Motivado pelo fato do CT ser revestido de certa autonomia e ter como fundamento para a sua prática o termo da lei, ele assume essa forma como adequada para o exercício de sua função. Isso acontece, de acordo com as autoras, devido principalmente ao enfraquecimento da rede de apoio e dos movimentos sociais, que tem na estruturação do Estado Neoliberal o seu principal dinamizador.

Outros fatores discutidos por Nascimento e Scheinvar (2007), que afirma a jurisdicionalização das práticas do CT, é a dificuldade encontrada pelos conselheiros em

⁴ Artigo elaborada a partir de duas pesquisas feitas com Conselhos Tutelares do Rio de Janeiro.

estabelecer um trabalho coletivo, visto que a maioria costuma eleger um “conselheiro-presidente”, estabelecendo assim uma estruturação hierárquica que individualiza a prática e produz subjetividades na atuação profissional. Isto repercute no atendimento prestado ao público-alvo, que vai se tornando uma “sentença individual”.

Inicialmente, o art. 132 do ECA estabelecia que em cada município deveria haver um (1) conselho tutelar, com cinco (5) membros cada, eleitos pelos cidadãos locais, com mandato de 3 anos (permitida uma recondução). A lei previu ainda, uma eventual remuneração aos conselheiros, e era omissa quanto à formação continuada do profissional.

A Lei nº 8.242, de 12 de outubro de 1991, mudou a redação presente no Art. 132 do Estatuto quanto à forma de eleição dos conselheiros, seriam “escolhidos pela comunidade local”. Também ocorreu mudança no art. 139, o qual diz respeito ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, que deixou de ser realizado sob a presidência do Juiz eleitoral, e passou então a ser responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, juntamente com a fiscalização do Ministério Público.

Art. 139. O processo eleitoral para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em Lei Municipal e realizado sob a presidência de Juiz eleitoral e a fiscalização do Ministério Público. (BRASIL, 1990)

Art. 139. O processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será estabelecido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e a fiscalização do Ministério Público. (BRASIL, 1991)

Em 2012, a nova redação presente na Lei nº 12.696 de 25 de julho, referente ao art. 132, incluiu também as Regiões Administrativas junto aos Municípios, nos quais deveriam haver um (1) CT em cada, também aumentaram o tempo de mandato para quatro (4) anos. E de forma inédita, a remuneração e a formação continuada passaram a ser obrigatórias.

Art. 132. Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá, no mínimo, 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, permitida 1 (uma) recondução, mediante novo processo de escolha. ” (BRASIL, 2012)

Art. 134. Lei municipal ou distrital disporá sobre o local, dia e horário de funcionamento do Conselho Tutelar, inclusive quanto à remuneração dos respectivos membros, aos quais é assegurado o direito a: I - cobertura previdenciária; II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal; III - licença-maternidade; IV - licença-paternidade; V - gratificação natalina. Parágrafo único. Constará da lei orçamentária municipal e da do Distrito Federal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares. (BRASIL, 2012)

2.3 O Conselho Tutelar e a Rede de Proteção à Infância

O Conselho Tutelar faz parte juntamente com outros órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse Sistema elaborado a partir da Resolução 113, de 19 de abril de 2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), constitui-se enquanto uma “instância de defesa dos direitos da criança e do adolescente introduzidos pelo ECA” (Assis et al., 2009, p.46). Foi composto por três eixos estratégicos: Defesa, Promoção e Controle da Efetivação.

No eixo da defesa, no qual fazem parte os Conselhos Tutelares, o Poder Judiciário, o Ministério Público, as Defensorias Públicas, Segurança Pública, Ouvidorias e Entidades Sociais de Defesa dos Direitos caracteriza-se, de acordo com o art.6º da resolução 113/06,

Pela garantia do acesso à justiça, ou seja, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e da adolescência, para assegurar a impositividade deles e sua exigibilidade, em concreto (BRASIL, 2006).

Ao que diz respeito ao eixo da promoção, sobre o qual têm responsabilidade o Estado, a Família e a Sociedade, segundo o art. 14 da Resolução 113/06,

O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes operacionaliza-se através do desenvolvimento da “política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente”, prevista no artigo 86 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que integra o âmbito maior da política de promoção e proteção dos direitos humanos (BRASIL, 2006).

Já em relação ao eixo do Controle e Efetivação, de acordo com o art.21 da Resolução 113/06,

O controle das ações públicas de promoção e defesa dos direitos humanos da criança e do adolescente se fará através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais, tais como: I- conselhos dos direitos, II- conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas, III- órgãos e poderes de controle interno e externo definidos nos artigos 70, 71, 72, 73, 74 e 75 da Constituição Federal (BRASIL, 2006).

Outro órgão importante para o SGDCA são os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Criados a partir do ECA, cumprem um papel fundamental na garantia da proteção integral a população infanto-juvenil. São órgãos de caráter deliberativo, ou seja, suas decisões são tomadas após discussão do colegiado. É composto por representações paritárias do governo e da sociedade civil organizada.

Os Conselhos dos Direitos de Crianças e Adolescentes são órgãos responsáveis pela elaboração das diretrizes da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, bem como pelo acompanhamento, controle e avaliação dos programas e ações desenvolvidas (CONANDA, 2007)

Foi elaborado para estar presente no âmbito Municipal (CMDC), no âmbito Estadual (CEDC), e no âmbito Federal (CONANDA). Sua criação obedece aos princípios preconizados pela CF de 88, a descentralização, a participação democrática, a paridade, e o controle social.

2.4 As interações religiosas no espaço do Conselho Tutelar

A análise dessa pesquisa consistiu no aprofundamento da influência entre dois elementos da sociedade, as Instituições Religiosas e o Conselho Tutelar. Por isso foi feito um paralelo entre o estudo do contexto político e social do Brasil dentro do regime neoliberal, e uma reflexão sobre o fenômeno da religião na sociedade brasileira. Explorando assim o movimento entre a moralização e racionalização inicialmente advindas da religião católica e posteriormente dos movimentos neopentecostais e suas relações com as políticas sociais, em especial com o Conselho Tutelar. A escolha desses dois movimentos é devido as suas fortes influências junto à sociedade civil em ações de caráter social no Brasil e as suas construções e importância histórica enquanto religiões de massa.

Como visto anteriormente, o período de redemocratização no Brasil foi marcado por importantes avanços na área social, e principalmente junto aos direitos das crianças e adolescentes. Porém esses mesmos direitos e conquistas sociais estão inseridos em um contexto social de limitações impostos pela dinâmica econômica presente na sociedade, e pelas particularidades da formação nacional brasileira. Para Cantalice (2011), a democracia e a cidadania, ambas preconizadas pela CF, estão inseridas em um sistema capitalista, assim como os direitos defendidos pelo ECA. Por isso de acordo com a concepção marxista, a qual será considerada com viés norteador desse trabalho, não são capazes de garantir a emancipação humana em sua totalidade.

Não estamos falando de outra ordem ou de alteração da forma de produção e de distribuição da riqueza socialmente produzida e com esta outra ordem de relações sociais. Tais Conselhos são de responsabilidade dos municípios, inseridos no contexto da regulação social, com limites político-administrativos claramente demarcados e responsáveis por ações pontuais, fragmentadas e imediatas. (CANTALICE, 2011, p.45)

A pesquisa segue baseada na análise realizada por Bourdieu (1989) a partir dos estudos realizados por Max Weber (1964) sobre a influência da “ética religiosa” na conduta da vida dos indivíduos na sociedade capitalista nascente. E buscou na origem desse sistema os argumentos para discorrer sobre o papel da religião nas políticas sociais, especificando o caso do Conselho Tutelar.

De acordo com o sociólogo francês Bourdieu (1989), é partindo do conjunto das transformações tecnológicas, econômicas e sociais, que se abre espaço para uma relação de interdependência e de reforço recíproco entre dois processos, a constituição de um campo religioso relativamente autônomo e o desenvolvimento de uma necessidade de “moralização” e de “sistematização” das crenças e práticas religiosas. Essas transformações são equivalentes ao desenvolvimento das cidades e com ele a divisão do trabalho e sua separação entre trabalho intelectual e trabalho manual. Nelas, a condição dos povos camponeses não favoreceu o processo de racionalização das práticas e das crenças religiosas, pois o trabalho agrícola dependia muito das ações de ordem natural e sua distribuição território não favorecia trocas econômicas e simbólicas.

Na contramão desse processo, esse conjunto de transformações modificou a divisão social do trabalho. Desenvolveram-se então profissões como o artesanato e o comércio em geral, cujas atividades necessitavam de uma racionalização. Tais mudanças na dinâmica econômica das sociedades repercutiram também no caráter das religiões, e na sua moralização sobre os indivíduos. Bourdieu (1989), afirma que diante desse processo desenvolveu-se um individualismo intelectual e espiritual nos indivíduos, que agora livres das tradições antigas favorecem a “racionalização” e “moralização” das necessidades religiosas. Baseado no fato de que a aproximação da sociedade com trabalhos racionalizados começava a se sobrepor aos que tinha na natureza seu foco principal de trabalho. Gerando uma aproximação desses indivíduos com relações comerciais que viriam por consequência a favorecer a emergências de valores morais.

Contudo, essas transformações pelas quais passavam as religiões a partir da urbanização e do desenvolvimento das cidades, só foram possíveis de acordo com os estudos de Weber (1964, p.893 apud Bourdieu, 1989, p.35) à medida que a religião favoreceu a criação e desenvolvimento de um corpo sacerdotal, tratados também como especialistas na gestão de bens de salvação.

Os processos de ‘interiorização’ e de ‘racionalização’ dos fenômenos religiosos e, em particular, a introdução de critérios e imperativos éticos, a transfiguração dos deuses em poderes éticos que desejam e recompensam o ‘bem’ e punem o ‘mal’, de modo a salvaguardar também as aspirações éticas, e mais o desenvolvimento do sentimento do ‘pecado’ e o desejo de ‘redenção’, eis aí alguns dos traços que se desenvolveram, via de regra, paralelamente ao desenvolvimento do trabalho industrial, quase sempre em relação direta com o desenvolvimento urbano. (WEBER, 1964, apud BOURDIEU, 1989, p.35)

Trazendo essa análise para o contexto brasileiro e suas especificidades na formação da sociedade capitalista, alguns autores no campo da tradição culturalista “nativa”, como Sérgio Buarque de Holanda (1945, apud TORRES, 2007, p.86) e Roberto DaMatta (1981, apud TORRES, 2007, p.86) afirmam que a suposta “Ética Católica” teria inibido a formação do individualismo moderno próprio da sociedade capitalista sobre a conduta de vida dos indivíduos. Afirmação que pode ser observada em alguns pontos, como no significado do sofrimento para a religião católica. Este é tido como um sinal de redenção e tem na cruz sua maior simbologia, além de outros fatores como a busca pela salvação e a rejeição ao mundo material.

Essa significação da realidade social para o capitalismo foi então absorvida pelos indivíduos enquanto um estado de conformidade. Essa mesma conformidade com as desigualdades sociais produzidas pela dinâmica do sistema capitalista proporcionou a ele as condições necessárias para se reproduzir. E a espera por uma “salvação” em um mundo livre de desigualdades funcionou apenas, como afirma Karl Marx (1843, p.6), em um “suspiro da criatura oprimida, o amago de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o ópio do povo”.

Já em relação ao fenômeno pentecostal no Brasil, este surgiu por volta do início do século XX, quase concomitante ao seu surgimento nos Estados Unidos, e trouxe com ele uma série de causalidades dando início a uma fase nova do capitalismo nascente. Seu surgimento pode ser entendido, segundo Torres (2007), como uma reforma a partir da Reforma Protestante Puritana, sendo que ele foi o último dos impulsos da Reforma, vindo atrás do puritanismo e do metodismo. E um dos seus pontos mais significativos foi a forte ênfase dada aos dons do Espírito Santo.

No Brasil ele foi dividido em três fases por Paul Freston (1994, apud Torres, 2007, p. 106) o pentecostalismo clássico, entre os de 1910 e 1950, cujas características principais seriam a rejeição ao mundo, desde a rejeição a vaidade da beleza feminina até a vida política e a crença no retorno de “Jesus Cristo”. A segunda fase foi chamada de deuteropentecostalismo e foi caracterizada pela ação missionária de estrangeiras no país, teve início no Estado de São Paulo por volta de 1950, e dava ênfase às curas divinas, e promoviam cultos para uma grande quantidade de pessoas, utilizando-se de veículos de comunicação em massa. Diferentemente da primeira fase, adquiriram grande visibilidade nacional, e um significativo aumento da quantidade de fiéis.

A terceira fase foi chamada de neopentecostalismo, sendo o objeto de interesse nesse estudo. De acordo com Torres (2007), essa nova “onda expansionista” trouxe elementos das outras duas ondas anteriores, principalmente da segunda por utilizar-se de veículos de comunicação em massa como rádio, televisão e internet. Mas também se desenvolveu com características e discursos inovadores, a partir da crença em uma divindade que trará benesses materiais aos seus fiéis mediante “adorações bajuladoras”. Acreditava-se que a vontade divina para a vida do sujeito é que ele prospere economicamente, e que, portanto, se o indivíduo não consegue prosperar materialmente seria um sinal de que ele não estaria agindo conforme a vontade de Deus, e este Deus não está ao seu lado.

Os neopentecostais reinterpretaram o sentido do sofrimento, conferindo-lhe um valor inédito na história do cristianismo. Ao invés da “positividade moral” encontrada nas grandes teodiceias do sofrimento, tendo no cristianismo a cruz como o seu maior símbolo, o sofrimento agora “volta” a ser o sinal da desgraça, do abandono da divindade em relação a uma determinada pessoa, e acima de tudo da fala ritual que permite ao infortúnio se instalar de forma conclusiva na vida de alguém (TORRES, 2007, p.108)

Esses dois movimentos religiosos, catolicismo e pentecostalismo (com suas diferentes fases), estão hoje presentes não apenas na consciência individual e espirituais dos seus fiéis, mas adentram também em outros espaços da vida pública e das relações sociais. A Igreja Católica, como visto anteriormente no capítulo I, teve seu papel fundamental na formação histórica do Brasil e na própria construção social do sentimento de infância na história. Sendo destacada também, por Montero (2012), a sua importância no período entre a República até o fim da Ditadura Militar. Fazendo parte de processos de legitimação das demandas de proteção aos direitos individuais, coletivos e culturais, e atuando também como importante força na concepção e estabilização política dos direitos de liberdade e de consciência.

Mais recentemente, as Instituições Religiosas adentraram um novo campo de atuação e participação, a chamada sociedade civil. Esse novo papel social e político da Igreja, é defendido por Montero (2012) em oposição aos estudos que apontavam um distanciamento da religião na sociedade. Baseada na importância da Igreja Católica na formação nacional, Montero (2012) afirma que com o surgimento do debate de laicização do Estado e das lutas por direitos de liberdade e de consciência, a Instituição Católica buscou novas formas de inserção na esfera pública. Tornando-se então uma importante força política dentro dessa nova esfera civil.

Quanto aos movimentos pentecostais, Montero (2012) menciona o seu significativo crescimento nos últimos anos, principalmente nos veículos de comunicação de massa, mas ressalta que esse crescimento rápido e progressivo não foi suficiente para sobrepor a hegemonia católica no Brasil. E cita como fatores para essa incapacidade, a associação feita dentro desses movimentos entre fé, risco e dinheiro, e os constantes exorcismos realizados contra “exus”, que acabam não sendo bem visto pelas camadas cultas e por outras religiões, o que acaba gerando acusações de corrupção e intolerância religiosa.

Esse novo campo de pertencimento ao qual adentraram não somente a Igreja Católica, mas também os movimentos pentecostais serão de fundamental importância na constituição atual das políticas sociais. Podendo ser vista sua construção dentro das entidades cuja finalidade foi a participação popular como fóruns, conselhos e câmaras, além de comporem instituições que atuavam principalmente com seguimentos vulneráveis da população, como creches, casas de acolhimento para crianças e adolescentes, ou população em situação de rua.

Portanto, se o conjunto das transformações que envolveram a mudança na divisão social do trabalho foi determinante para o caráter das religiões e sua moralização sobre os indivíduos, também o próprio sistema continua por interagir com as religiões e influenciar na conduta dos indivíduos, bem como na formação das políticas. Um exemplo disso é própria utilização da filantropia como equipamento de prestação de serviço à sociedade, reproduzindo o discurso da ajuda e da individualização das práticas.

Também a histórica participação religiosa nos espaços públicos, que fragiliza na opinião de alguns o Estado Laico, e particulariza interesses coletivos, influência direta e indiretamente nas ações dos conselheiros tutelares, que ao executarem suas atribuições são muitas vezes movidos pelo discurso e moral religiosa. Inclusive a candidatura de muitos conselheiros, como afirma Kaminski (2002), ainda é motivada por pensamentos de afirmação de seus ideais sociais e humanos.

Então, muitas vezes, ocasionam um maior retorno/satisfação para o conselheiro o atendimento individual e concreto, ou seja, se obtiver o sucesso no caso daquele menino que se encaminhou, se tratou e hoje está livre de drogas, do que aquele retorno inconcreto, abstrato, de “ter atingido” a consciência das pessoas, de “ter conseguido” introduzir uma nova reflexão sobre a questão da infância e da adolescência brasileira. (KAMINSKI, 2002, p.142-143)

Imaginemos um caso hipotético de uma família que vai até o Conselho Tutelar para solicitar uma cesta básica emergencial. Sabendo da demora na aquisição da cesta pelos

equipamentos públicos governamentais, o conselheiro resolve através de uma atuação individualizada, recorrer aos grupos de uma determinada Instituição Religiosa a qual participa. De um lado temos uma necessidade emergencial sanada através de uma ação pontual de um conselheiro, e do outro temos o perigo de uma solução imediatista destituída de uma conscientização política e social.

Em casos como esse, as autoras Nascimento e Scheinvar (2007), entendem que quando em caráter de urgências o recurso filantrópico não produz um movimento reivindicativo, de denúncia, de pressão, de transformação. E essas questões que chegam ao espaço institucional do CT, muitas vezes encontram-se destituídas de conexões políticas e sociais, podendo ser resolvidas de forma pontual. O conselheiro então se transformaria em um especialista de soluções imediatas e localizadas de “problemas particulares”, acabando por recorrer a práticas muitas vezes apoiadas em crenças moralistas como o aconselhamento, filantropia, vigilância de famílias.

Ao pensarmos o Conselho Tutelar enquanto órgão de caráter comunitário e democrático, sabemos que o envolvimento dele com a comunidade é um dos aspectos principais de sua atuação, pois é escolhido por ela e torna-se por tanto o seu representante. Dentro da rede de interações que ele estabelece com diferentes equipamentos presentes na comunidade, sejam públicos, filantrópicos, privados ou caritativos, há uma construção histórica que acompanha presença de cada uma dessas formas de equipamento em um espaço social. E o próprio conselheiro tutelar também carrega consigo concepções morais, pessoais ou éticas que fazem parte da sua iniciativa de atuação.

CAPÍTULO III – A RELAÇÃO ENTRE O CONSELHO TUTELAR E A RELIGIÃO: A PERCEPÇÃO DA RELIGIÃO NOS CONSELHOS TUTELARES

A formação do terceiro capítulo desse trabalho contou com entrevistas semiestruturadas, ou seja, entrevistas com “[...] perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender a indagação formulada” (CAMPOS, 2014, p.55). Essa técnica teve por objetivo compreender quais os tipos de interações o Conselho Tutelar – CT tem com as instituições religiosas na Região Administrativa (RA) de Ceilândia, buscando apreender se essas interações estão diretamente ligadas a práticas e auxílios materiais ou com discursos religiosos.

A escolha dos Conselhos Tutelares da RA de Ceilândia foi orientada pela importância histórica da cidade durante o processo de formação do Distrito Federal. E por possuir também a maior população⁵ e o maior número de CT⁶ entre as regiões do Distrito Federal, permitindo assim uma maior apreensão histórica e social da questão. Foram três entrevistas no total, realizadas em três conselhos tutelares na região administrativa escolhida (RA IX – Ceilândia).

3.1 A Região Administrativa de Ceilândia

Partirei de uma análise sobre o território de Ceilândia, identificando dados importantes com base na Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio (PDAD). Entre esses dados destaco a grande área territorial em que esta distribuída a RA, seu elevado número populacional e a religiosidade presente nesse espaço. Farei também uma breve contextualização histórica desse espaço territorial no Distrito Federal. Bem como do processo de criação dos conselhos tutelares.

Sobre o processo de ocupação de Ceilândia, Luiz (2013) afirma que após a inauguração de Brasília em 1960, o governo local começou a pôr em prática uma política de demolição dos acampamentos de operários que vieram para construir a nova capital do Brasil. Esses operários foram removidos, em sua maioria para a periferia. É nesse contexto que nasce Ceilândia na década de 70, tendo sido criada com o objetivo de combater “invasões” próximas

⁵ De acordo com a PDAD (2015), a população de Ceilândia é a maior entre as regiões administrativas, sendo em 2015, de 489.351 mil habitantes na área urbana.

⁶ Com a Lei Distrital nº 5.294 de 13 de fevereiro de 2014, no Art. 5º ficam criados na Região Administrativa de Ceilândia (RA IX), os seguintes Conselhos Tutelares: a) Conselho Tutelar de Ceilândia – I; b) Conselho Tutelar de Ceilândia – II; c) Conselho Tutelar de Ceilândia – III; d) Conselho Tutelar de Ceilândia – IV.

a Brasília. O nome da cidade advém desse processo, CEI quer dizer “Campanha de Erradicação de Invasões” e o sufixo *lândia*, significa terra, país ou região.

Outro fator determinante para a escolha foi à dimensão que ela ocupa no Distrito Federal. De acordo com dados da Pesquisa Distrital por Amostras de Domicílio (PDAD) realizada pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (Codeplan) no ano de 2015, Ceilândia possuía uma área urbana de 29,10 km², e subdividia-se em diversos setores:

1. Ceilândia Centro;
2. Ceilândia Sul;
3. Ceilândia Norte;
4. P Sul;
5. P Norte;
6. Setor O;
7. Expansão do Setor O;
8. QNQ;
9. QNR;
10. Setores de Indústria e de Materiais de Construção e parte do INCRA (área rural da Região Administrativa);
11. Setor Privê;
12. Condomínios que estão em fase de legalização como o Pôr do Sol e Sol Nascente.

A população de Ceilândia é a maior entre as regiões administrativas, sendo em 2015, de 489.351 mil habitantes na área urbana. Sendo que, a maioria é constituída por pessoas do sexo feminino, 51,82%, exceto nos condomínios que estão em fase de legalização como o Pôr do Sol e Sol Nascente onde o percentual é mais equilibrado.

Ao que diz respeito à religiosidade de sua população, de acordo com a PDAD (2015), 57,94% da população de Ceilândia se declara católica e 23,10% evangélica tradicional. Sendo que, 84,35% dos que declaram ter religião, são praticantes regulares, 10,22% praticam a religião eventualmente e 5,23% não frequentam esses cultos.

Conselhos Tutelares da Ceilândia

A partir da lei nº 5.294, de 13 de fevereiro de 2014, Ceilândia passou a contar com o maior número de conselhos tutelares dentro de uma cidade satélite do Distrito Federal, são quatro no total. Antes dessa lei só existiam dois conselhos tutelares, O CT de Ceilândia Sul, e o CT de Ceilândia Norte. Atualmente, o Art. 5º da lei nº 5.294/14, estabelece a criação na Região Administrativa de Ceilândia (RA IX), dos seguintes Conselhos Tutelares:

- a) Conselho Tutelar de Ceilândia – I;
- b) Conselho Tutelar de Ceilândia – II;

- c) Conselho Tutelar de Ceilândia – III;
- d) Conselho Tutelar de Ceilândia – IV.

Apesar da RA escolhida possuir quatro Conselhos Tutelares, a pesquisa foi realizada em três dessas unidades. Devido à dificuldade de acesso e de acolhimento ao tema da pesquisa, não foi possível incluí-lo no estudo. Observou-se uma resistência para que a pesquisa seguisse adiante nesse CT e por isso optou-se por dar sequência apenas com as outras unidades, que já representam a maioria na Região Administrativa de Ceilândia.

3.2 Trajetórias de vida e origem do interesse pela área da infância e pelo CT

Nesse tópico procurei discutir a trajetória de vida das conselheiras tutelares com base nas entrevistas realizadas, e quais as atividades praticadas anteriormente ao ingresso no CT. Também foi discutida a motivação particular de cada uma para a atuação na área da infância e da adolescência, e posteriormente no cargo de conselheira tutelar. Procurou-se entender também como surgiu o interesse delas para trabalhar no Conselho Tutelar.

Foi possível destacar na fala dos (as) conselheiras a origem desse interesse a partir de um envolvimento com trabalhos comunitários no período anterior a sua atuação no CT. Essa afirmativa torna-se incontestável ao se analisar o que diz a Lei nº 5.294/14, a qual estabelece que para se candidatar ao cargo de conselheiros tutelares o candidato deve possuir comprovação de experiência na área da criança e do adolescente de no mínimo três anos. Além disso, prevaleceu entre as entrevistadas experiências construídas através de trabalhos na igreja, outro por iniciativa própria, e outro através do esporte.

“Aos 19 anos eu comecei a participar de um projeto social na Igreja, não só na Igreja mas na comunidade também, eu sempre tive, por exemplo, eu passava por um adolescente usando drogas e aquilo me sensibilizava muito, aquela situação, e de querer fazer alguma coisa, de fazer a diferença pra ajudar em alguma coisa” (Entrevistada 1).

“Por que dentro da Igreja tem a escola bíblica dominical, então dentro da igreja eu ministro aula para as crianças e adolescentes, desde os meus 15 anos, então eu tenho contato com crianças e adolescentes desde os 15 anos. Mas com 18 anos que eu comecei a trabalhar fora do meu mundo pessoal e foi com essa experiência trabalhando em escola que eu pude entrar no Conselho Tutelar, que é um dos requisitos pra se trabalhar no Conselho Tutelar é que você já tenha trabalhado com crianças e adolescentes no mínimo dois anos” (Entrevistada 2).

“Eu já trabalho com criança a aproximadamente 10 anos, aí na penúltima eleição eu ajudei uma colega minha que era da área do futebol e eu tenho uma escolinha de futebol” (Entrevistada 3).

Esse envolvimento comunitário com origem na igreja apareceu ao longo da maioria das entrevistas como um fator preponderante para a origem do interesse na área da infância e

no Conselho Tutelar. Geralmente motivado por uma base religiosa e na busca em “ajudar o próximo” os candidatos assumem o papel de uma liderança comunitária. E através de ações de iniciativa própria ganham essa visibilidade no local onde residem. Fator que se torna um instrumento positivo para atuar na fiscalização e garantia de direitos de crianças e adolescente.

“Eu sou católica e eu me baseio muito na vida dos santos que fizeram a diferença com criança e adolescente então tem um deles que eu não me recordo bem agora, mas que ele falava assim, que pela falta de recurso pessoal ou financeiro ou de trabalho por não dar conta de fazer o muito a gente também não faz o pouco então mesmo que seja o meu pouquinho eu acabo sempre fazendo alguma coisa baseada nessa frase, nesse estilo de vida desse santo” (Entrevistada 1).

“Só que desde os meus 15 anos, eu sou cristã protestante, evangélica, e desde os meus 15 anos eu trabalho com crianças na Igreja, eu dou aula pra elas de evangelização, essas coisas. Desde os meus 15 anos então, eu trabalho com crianças e adolescentes, na minha vida pessoal eu trabalho com isso” (Entrevistada 2).

Os resultados obtidos na RA de Ceilândia encontram-se em concordância com aqueles apresentados no estudo feito pela Companhia de Planejamento do Distrito Federal (2016), no qual foi identificado que os conselheiros de territórios mais vulneráveis têm como pontos característicos da sua trajetória de vida, a articulação e um histórico mais atuante na comunidade. Bem como uma maior participação em projetos comunitários, igrejas e associações.

Outro fator que pode ser destacado nas entrevistas foi a conscientização dos conselheiros quanto a não discriminação com relação às diversas formas de religiosidade. Também uma presença muito forte de afirmação em aceitar o auxílio que venha de qualquer denominação religiosa, e a negativa de privilegiar determinada Igreja.

“Em questão de Igreja eu acho que fica muito pra cada um, não tem que ta brigando em relação a isso e nem muitas vezes fazendo um tipo de relação pra vir pra dentro do Conselho. Agora assim, quando eles fazem um tipo de ação social que convida o Conselho, o Conselho sempre fica presente. O conselho vai, o conselho faz o que tem que fazer e tudo. Mas assim, a gente não impõe, eu só vou se for pra Igreja Evangélica, ou eu só vou se for da Católica, eu só vou se for do Candomblé. Não! Se é uma ação social e precisa do órgão do Conselho a gente sempre faz um colegiado e algum conselheiro vai presente nesse órgão, mas isso não quer dizer que a gente tem isso assim, eu sou dessa religião e não vou naquela outra, a gente sempre procura não ter esse tipo de coisa e nem trazer pra dentro do Conselho esse tipo de base de religião é uma coisa muito individual” (Entrevistada 3).

O Distrito Federal se destaca em sua legislação aos conselhos tutelares justamente pelos pré-requisitos exigidos para ocupar esse cargo. Pode-se observar que as pessoas que se encontram a frente deste cargo possuem uma forte liderança dentro da sua comunidade. O que

facilita o trabalho de fiscalização das violações dentro desse espaço territorial. Além de experiência na área da infância e da adolescência.

3.3 Processo de formação e sua relação com a rede

Ainda de acordo com a lei do Distrito Federal nº 5.294 de 2014, para assumir o cargo de conselheiro tutelar é exigido do candidato que ele seja aprovado em prova de conhecimento específico, tenha ensino médio completo, além da já mencionada comprovação de experiência na área da criança e do adolescente de, no mínimo, três anos e residência comprovada de, no mínimo, dois anos na Região Administrativa do respectivo Conselho Tutelar, na data da apresentação da candidatura.

Após ser aprovado em todos os requisitos e eleito pela comunidade o conselheiro deve se apresentar para participar de um curso de formação na área, antes de assumir o cargo. De acordo com o Art. 51 da Lei Distrital nº 5.294/14, “os candidatos eleitos, titulares e suplentes, devem participar obrigatoriamente de curso de formação, a ser realizado antes de sua diplomação, com carga horária mínima de quarenta horas, regulado e promovido pelo CDCA – DF” (BRASIL, 2014). Em parágrafo único, a lei ainda afirma que o “candidato eleito deve cumprir frequência mínima de setenta e cinco por cento, sob pena de não ser diplomado, ressalvadas as justificativas legais” (BRASIL, 2014). O curso tem duração de pelo menos um mês, e é ofertado pela Secretaria da Criança (SECRIA).

Segundo a mesma lei, é responsabilidade do CDCA e da Secretaria da Criança a promoção de uma política de capacitação continuada de caráter permanente. Por isso além desse curso, segundo depoimento dos próprios conselheiros, são ofertados outros cursos de menor duração, por outras secretarias e pelo Ministério Público no decorrer do mandato de 4 anos.

“[...] Por exemplo, a formação da primeira infância como que se da a primeira infância, como que ela ocorre, quais são as características da criança, do adolescente, a gente faz curso na área de prevenção, de violência domestica, na área de prevenção de suicídio de adolescentes” (Entrevistada 1).

“Tudo isso é ofertado pelo Ministério Público, Vara da Infância e Juventude, ONG’s, a própria Secretaria da Criança em parceria com outras secretarias, da educação, da mulher. Então é sempre ofertado, e a periodicidade é constante [...]” (Entrevistada 1).

Apesar da periodicidade e a qualidade dos cursos terem sido consideradas boas, os conselheiros relatam a dificuldade enfrentada por eles para participar devido a alta demanda das unidades. De acordo com eles, Ceilândia e as respectivas áreas de abrangência dos

conselhos crescem muito e a demanda por fiscalização e encaminhamentos é maior do que eles podem atuar. O que acaba gerando um estado de precarização do trabalho desses agentes.

“E aí a gente fica muitas vezes privado de participar dos cursos porque a gente tem que fazer uma escolha entre você atender os casos gritantes do conselho tutelar e você participar, e mesmo com escala de conselheiro isso não é possível muitas vezes, mas a gente por vezes acaba deixando, a gente acaba extrapolando horas de trabalho pra tentar participar do curso, mas a gente já perdeu muito e isso acaba prejudicando” (Entrevistada 1).

Outro ponto criticado pelos entrevistados é a insuficiente estrutura disponibilizada para o trabalho do conselho. Chamam atenção para o fato de que cada Conselho só possuir um carro para uso interno, o que segundo eles é insuficiente devido a muitas vezes terem que escolher entre acompanhar um caso e se deslocar até um curso de formação. A solução encontrada muitas vezes é o uso dos seus recursos próprios para poder participar dos cursos de formação.

“A nossa estrutura é muito precária, a gente só tem um carro pra atuar, a gente precisaria de no mínimo dois carros pra atuar. Porque a nossa demanda muitas vezes tem que atender duas pessoas ao mesmo tempo, não tem como a gente atender duas ao mesmo tempo” (Entrevistada 2).

“[...] as vezes a gente tem que ir pra algum curso de formação, essas coisas a gente tem que ir no carro da gente, porque a gente não pode pegar o carro do conselho pra deixar a gente lá. Então acaba que a gente gasta muito do bolso da gente pra se deslocar pra determinados... pra secretaria. A gente deixa de utilizar o carro do conselho porque a gente sabe que vai precisar utilizar no trabalho aqui, mas a gente também precisa ir pra esses encontros, cursos de formação” (Entrevistada 2).

Essas dificuldades mencionadas pelos entrevistados incidem de forma direta no seu processo de formação continuada. E a falta do arcabouço teórico pode também ser um agravante no momento da atuação e na interpretação dos casos. Prevalece entre os depoimentos uma individualização com relação à visão diante da demanda colocada, desarticulada do entendimento de uma conjuntura e estrutura social de dominação. Quando a prática se encontra distanciada da teoria, cria-se um alerta para a “mistificação” dos fenômenos sociais.

Ao analisar essa forma de percepção dentro do Serviço Social, Guerra (2006), afirma que a separação entre teoria e prática reproduzida no discurso de que “na prática a teoria é outra”, é sustentada por teorias sociais que teriam a capacidade de serem aplicáveis na realidade social ou de dar respostas imediatas a ela. Essas teorias as quais a autora chama de “teoria de resultados”, é um produto do próprio sistema capitalista e encontra-se vinculado a dimensão instrumental da razão que dentro da ordem burguesa torna-se hegemônica.

A consequência desse desprendimento entre teoria e prática pode ser observada nas ações do Conselheiro Tutelar. A individualização do olhar diante da demanda recebida, e sua dissociação de uma análise conjuntural e estrutural da sociedade, demonstra a total fragilidade do processo de formação desse indivíduo. Bem como, uma descrença com relação ao papel da teoria para o aperfeiçoamento da sua atividade.

“Então na verdade o curso mesmo que a gente teve foi o curso de formação e que pra quem tá na prática, a um ponto de vista meu, é muito superficial o que eles passam pra gente lá. Então muita coisa você aprende mesmo é aqui, na prática, no dia-a-dia. Por que cada caso é um caso, mesmo quando o caso é o mesmo assunto, o histórico, porque aconteceu aquele fato, o histórico da família é outro” (Entrevistada 3).

Então, ao analisar o discurso da conselheira fica evidente a ênfase dada a prática enquanto atividade norteadora da realidade, e como um modo de operar dentro do CT. Guerra (2006), discorre que esse tipo de discurso acaba por superestimar a prática. E tomando-a em um sentido utilitário, esta prática nega a teoria, considerando-a insuficiente para subsidiar a experiência.

Seguindo a perspectiva marxista, Guerra (2006), defende a ideia de que essa separação acontece de forma obscurecida pela racionalidade hegemônica do capitalismo. E contribuiria para a reposição da alienação essencial do capitalismo sob bases mais complexas. Constituir-se-ia, portanto de um “processo de reificação” movido pela cisão entre os que pensam e que os que executam, fundamento este da alienação do trabalho. O produto do “processo de reificação” seria uma concepção de conhecimento que privilegia aparência dos fatos, bem como o âmbito da experiência imediata. Além disso, concebe os fenômenos em sua positividade, sem compreender o seu movimento de constituição. E supri mediações constitutivas e constituintes dos processos, ao passo que impossibilita conhecer a essência do fenômeno.

Essa mesma falta de uma perspectiva teórica gera nos agentes um desconforto e uma descrença com a situação atual da política da infância. Alguns relatam que sentem uma desconfiança com relação à finalidade do seu trabalho, mas que a igreja tem um papel fundamental para retornar e dar sentido a ele. Tal análise vai ao encontro ao que observa Barbosa (2011), o qual afirma que a religião ganha espaço dentro do CT, à medida que acaba servindo como uma tentativa de mediação social, ou seja, quando esses atores sociais (conselheiros) buscam estratégias para enfrentarem a diversidade e a mudança da realidade social.

“A gente acaba tendo que priorizar os casos mais graves, então, por exemplo, a gente não trabalha muito com prevenção, a gente trabalha mais assim que o povo fala, “apagando fogo”. Porque se você o tempo todo tem que esperar o caso grave pra você atuar, você apaga fogo o tempo todo. E isso dói muito, deixa o conselheiro tutelar, eu em particular muito frustrada” (Entrevistada 1).

“Então como uma pessoa religiosa eu digo isso, que ela me inspira todos os dias porque no momento em que eu acho que não tem mais jeito, que eu vou lá no meu culto religioso ali eu retomo tudo de novo, aquilo que a realidade quis tirar de mim, aquilo que a situação pontual quis tirar de mim, de querer me desanimar de acreditar no ser humano, quando eu chego lá e que eu retomo a religiosidade, que eu retomo os ensinamento cristãos aí gera dentro de mim uma nova força, ela me revigora, ela me acende de novo aquela luz que tava fumegando, ela acende de novo, ela tempera de novo aquela sal que tava se tornando insosso, e me faz de novo todos os dias querer retomar, ser sal da terra e luz do mundo e isso é fazer a diferença na vida de cada pessoa” (Entrevistada 1).

A ausência de uma perspectiva teórica no processo de formação do conselheiro tutelar, faz com que ele busque na prática cotidiana e na religião as respostas para os problemas apresentados. A precarização do processo de formação torna-se então um agravante para a resolução dos casos, e para a reflexão individual dos profissionais com relação as demandas não atendidas.

3.4 A Rede de proteção

Como citado anteriormente no capítulo II, o Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e Adolescentes se constitui como uma instância criada a partir da implementação do ECA, para defender o direito da população infanto-juvenil. Ele se divide em três eixos: defesa, promoção e controle. O conselho tutelar é um órgão que atua dentro desse sistema no eixo da defesa, como um fiscalizador e garantidor dos direitos das crianças e dos adolescentes.

O Conselho Tutelar não executa a política pública, o seu papel é encaminhar para que os outros órgãos da rede possam prestar o serviço adequado. A articulação com a rede é, portanto um elemento essencial para o trabalho do conselheiro tutelar. Pois a partir dela potencializa-se o atendimento e a promove-se a garantia de direitos a crianças e adolescentes.

No entanto, atualmente essa articulação encontra-se muito fragilizada, devido ao processo de precarização e “sucateamento” dos serviços públicos. Motivada por uma lógica de mercado neoliberal que defende um Estado mínimo juntamente com privatização dos serviços. Essa dificuldade em acessar o serviço requisitado aparece na fala das entrevistadas motivadas também por uma indignação com a omissão do Estado.

“Então é muito complicada, a gente tem se esbarrado muito nessas dificuldades. Outra demanda é a questão de psiquiatria e de psicologia, a criança ela demora 30,40, 60 dias pra ter um atendimento que é urgente, a gente mesmo cobrando o órgão, lá a demanda deles também tá exorbitante, então eles também tem que “chupar” gelo, eles também tem que dar prioridade a casos mais graves, e a gente se depara com uma sociedade doente, adoecida. Justamente por isso. E é muito revoltante né, eu mesma fico muito, porque quando você é militante é uma área você fica revoltada de ver estádios sendo construídos com uma verba publica muito alta, que poderia ter sido criada não sei quantas escolas, não sei quantos centros de convivência, não sei quantos centros de psicologia e de psiquiatria que poderia tá ofertando esse atendimento as famílias e não existem” (Entrevistada 1).

“Teve requisição que eu encaminhei em janeiro pedindo vaga escolar e eles me responderam em março. E a gente tem outros meios pra utilizar pra que eles sejam responsabilizados por isso, mas a gente procura uma maneira mais no dialogo, a gente procura assim “ oh gente a gente precisa desse atendimento”. Então a gente sempre manda a requisição, quando demora a responder a gente liga tenta conversa” (Entrevistada 2).

“Você encaminhou alguém e viu má vontade dos órgãos? Não. Eu vi que todos eles têm a mesma dificuldade que a gente, as vezes seria uma família que eles precisam visitar e não vai porque as vezes o carro não tá, ou porque as vezes não tem o motorista, então seria uma situação de um órgão superior a um órgão que tá aqui na ponta” (Entrevistada 3).

A lógica de mercado neoliberal teve início por volta de 1990 no Brasil, e possuiu entre outros aspectos, segundo Behring e Boschetti (2011), a criação do “Programa de Publicização”, voltado para agências executivas e das organizações sociais, juntamente com organizações do terceiro setor para a execução de políticas publicas. O terceiro setor estabeleceu também um Termo de Parceria com ONGs e Instituições Filantrópicas para implementação das políticas. Para as autoras, essa nova arquitetura combinada ao serviço voluntário teve por consequência a desprofissionalização da intervenção na área, destinando-a ao ideal de solidariedade, da defesa do bem comum pelos indivíduos, através de um trabalho voluntariado não-remunerado.

Diante disso, a tendência geral do ideário neoliberal, de acordo com Behring e Boschetti (2011), foi o estabelecimento do trinômio: privatização, focalização e descentralização. Para as autoras, esse modelo de serviço baseado na descentralização das ações do Estado não corresponderia a uma partilha de poder entre as esferas públicas, mas a transferência da responsabilidade estatal para outras instituições privadas e novas modalidades jurídicos-institucionais.

Uma consequência clara dessa precarização é a busca por soluções pontuais e imediatistas para solucionar a demanda. Juntamente com a interpretação pessoal e individualizada, além de desprendida de uma conjuntura e estrutura econômica, buscam-se muitas vezes nessas atuações, soluções imediatas, destituídas de criticidade e reflexão. Com

relação às entrevistas percebe-se que na maioria das vezes foi afirmada a prioridade dada na busca pelos serviços da rede de proteção do Estado, mas quando essa rede não atende outras instituições seriam requisitadas, entre elas as religiosas.

“E na maioria das vezes a gente consegue um atendimento mais imediato. E quando não consegue com quem deveria nos socorrer, porque esse é o correto, quem deveria nos socorrer são os órgãos do governo que o trabalho deles é esse. Quando a gente não consegue a gente vai pros outros meios, que são buscar as entidades que prestam esse atendimento” (Entrevistada 2).

Aparece também em algumas falas uma desconfiança com relação ao resultado colhido a partir dessas reuniões da rede. As reuniões acontecem uma vez por mês, e segundo os relatos das entrevistadas contam com a participação da comunidade e dos servidores que atuam nos órgãos públicos. Não fica evidente durante as entrevistas qual o motivo da crítica por parte dos conselheiros em relação a essas reuniões, mas é perceptível a desmotivação por parte desses agentes.

“Eu até vou nessas redes, mas eu acho que eles desviam muito o foco. Porque normalmente vai quem quer, vai a comunidade, vai tudo. Então a rede em si eu gosto muito, é como eu tô te falando, eu não tenho problema com nenhum órgão de rede. Mas as vezes vai, a gente tem uma escala de ir nas reuniões, então as vezes a gente faz um rodizio de conselheiro pra poder participar das reuniões, e eu acho interessante assim quando eles vão discutir realmente o assunto que seria da rede e não quando entra gente querendo discutir algumas coisas, que nessas reuniões sempre tem. Não tem como você falar muito que não porque sempre tem” (Entrevistada 3).

“Só que assim uma critica também a fazer é que muita gente que não faz parte da rede que não trabalham nos órgãos participam dessas reuniões e muitas vezes eles fazem é atrapalhar as reuniões ao invés de ajudar. São pessoas da comunidade que ao invés de ajudar fazem é atrapalhar porque eles não entendem como funcionam os órgãos e aí se torna uma coisa... eu não participo muito porque a reunião acaba meio que frustrada. Porque era uma reunião pros órgãos poderem se entender melhor ou organizar o fluxo pra poder atender a população, mas acaba que a comunidade intervém e aí fica difícil” (Entrevistada 2).

A fragilidade da rede e a precarização dos serviços públicos são determinantes de uma conjuntura e estrutura econômica. Percebemos que nas reuniões da rede em que deveria haver a discussão da situação do fluxo das demandas, não acontece pela falta de organização desses encontros, ou pela própria descrença do profissional com relação às medidas ali tomadas. O que acaba influenciando diretamente no trabalho do conselheiro do tutelar, e por isso precisam ser compreendidas por este não como um acontecimento pontual, mas em uma perspectiva teórica e crítica.

3.5 As interações religiosas nos Conselhos Tutelares

Durante análise das entrevistas pode-se constatar três tipos de interações entre as religiões e os Conselhos Tutelares. A primeira interação diz respeito a um papel exercido pela comunidade religiosa como fiscalizadora junto ao conselho tutelar. A comunidade religiosa assume um papel de provocadora do CT com relação as violações de direitos observadas por elas.

“[...] quando essas denominações começam seus trabalhos, eles se deparam com a violência, eles se deparam com as violações de direitos ou direitos ameaçados e quando eles se deparam independente da denominação eles provocam o conselho tutelar como política publica pra sanar essa violação de direito pra efetivar o direito da criança e do adolescente” (Entrevistada 1).

“Tem os vicentinos da Igreja Católica, que eles prestam serviço pra comunidade, tem as famílias que eles descobrem que necessitam muito de ajuda, que estão em extrema situação de vulnerabilidade, geralmente muitas vezes eles observam as famílias que elas precisam de auxilio em determinadas áreas ai vem aqui no conselho e traz essas famílias pra que a gente auxilie essas famílias” (Entrevistada 2).

Essa estreita relação de provocação da comunidade religiosa para com a atuação do Conselho representa e afirma o modelo comunitário a que o CT foi proposto. Constitui-se em uma interação que fortalece o órgão em seu papel de agente garantidor dos direitos, reconhecendo a sua função dentro da comunidade.

A segunda interação, observada nas entrevistas, refere-se a prestação de alguns serviços pelas instituições religiosas quando acionadas pelo CT. Na maior parte das falas, a maioria não especifica se esse serviço vem de uma demanda imediata ou pontual. Mas o que foi possível analisar é que não há um envolvimento direto com a Instituição Religiosa, mas com entidades filantrópicas movidas por uma doutrina religiosa e que prestam esse serviço na localidade.

“Então eles tanto nos acionam, provocam o órgão, como o órgão aciona eles, porque a gente faz um levanto da rede não só da rede de políticas públicas, mas também da rede de políticas privadas, pra garantia de direito da criança e do adolescente. Então por exemplo, se eu sei que na comunidade tem uma ONG, ou eu sei que na comunidade tem uma pessoa que apesar de não ter nenhuma ONG, ou de não ser membro de nenhuma OCIP ou se tem alguma denominação religiosa que ofereça algum trabalho eu mesma pessoalmente faço todo esse levantamento pra poder fazer esses encaminhamentos das pessoas, se eu atendo aqui, tanto eu visito quanto me procura alguém que presta algum serviço eu já anoto na minha agenda, serviço tal funciona em tal lugar e já fico esperando e quando eu me deparo com alguma demanda que reger a utilização daquele serviço eu encaminho com toda a certeza e eles contribuem muito independente da denominação contribuem muito” (Entrevistada 1)

“Na verdade, a maioria das instituições que prestam o serviço de acolhimento institucional pra crianças e adolescentes, elas são instituições religiosas, a grande maioria ou são instituições espíritas ou católicas... Então o conselho não tem uma ligação direta com as instituições religiosas, não tem nenhuma ligação ou parceria direta, mas geralmente quando a gente precisa, a gente busca ajuda nessas instituições [...]” (Entrevistada 2).

“Em questão de Igreja eu acho que fica muito pra cada um, não tem que tá brigando em relação a isso e nem muitas vezes fazendo um tipo de relação pra vir pra dentro do Conselho. Agora assim, quando eles fazem um tipo de ação social que convida o Conselho, o Conselho sempre fica presente. O conselho vai, o conselho faz o que tem que fazer e tudo” (Entrevistada 3).

A terceira interação constatada em análise diz respeito a uma participação dos líderes religiosos nos encontros da rede de proteção. Os (as) conselheiros (as) relatam que os encontros da rede são realizados mensalmente e que eles contam com a participação não apenas dos servidores que atuam nos órgãos, mas também de membros da comunidade, entre eles líderes religiosos.

“É independente disso quando a gente fica sabendo da reunião de rede, porque existe uma reunião de rede mensalmente, que toda ultima quinta-feira do mês a rede social de Ceilândia se reúne, e a própria rede social tem a participação de Igrejas. Eu nunca vi Igrejas Protestantes, mas já vi entidades Espíritas e Católicas, Padres que fazem parte da própria rede social da Ceilândia” (Entrevistada 1)

Essa participação demonstra que a política da infância ainda sofre com retrocessos por não conseguir se dissociar das “visões caritativas”. Ressalta-se também a crítica feita pelas próprias conselheiras a essa reunião em que deveriam ser discutidos, de acordo com elas, o fluxo de atendimento da rede e acaba não acontecendo devido a presença de “pessoas da comunidade” que não compreendem como acontece, e acabam dificultando esse processo.

Durante a pesquisa também observa-se que um dos três conselhos visitados se encontra localizado em um imóvel cujo um dos andares pertence a uma Igreja do seguimento Protestante. O conselho também não conta com nenhuma placa indicativa sobre o seu funcionamento, o que dificultou muito a sua localização. Quando perguntada sobre isso a conselheira afirmou que não existe nenhuma participação direta com essa Instituição Religiosa, e que a responsabilidade pelo aluguel da sede do Conselho Tutelar é da Secretaria da Criança do Distrito Federal.

De acordo com a Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, a sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos conselheiros e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo: I - placa indicativa da sede do Conselho; II - sala reservada para o atendimento e recepção ao público; III - sala

reservada para o atendimento dos casos; IV - sala reservada para os serviços administrativos; e V - sala reservada para os Conselheiros Tutelares. Sendo assim, a localização desse conselho segue precária sem dispor aos sujeitos atendimentos uma estrutura física adequada.

3.6 Percepção dos conselheiros sobre a importância da religião para a Política da Infância

A política da infância no Brasil teve a sua origem ligada a “ação caritativa” da religião, principalmente na ação católica. O estudo feito no capítulo I desse trabalho apontou essa ação presente ao longo da história do Brasil. Diante disso, qual seria a percepção dos principais “agentes da ponta” quanto à importância da religião para a construção da política da infância? E quais as suas percepções diante dessa importância na sua prática cotidiana?

De modo geral, foi observado que as conselheiras têm uma percepção de que a religião contribui na sua prática cotidiana. Através de uma visão mais conservadora, acreditam que o indivíduo que possui uma crença religiosa encontra-se mais apto para atender o caso que chega até o conselho. Essa aptidão viria de um sentimento de “compaixão” e “solidariedade” pelo outro.

“Na minha vida de forma muito pessoa ela me inspira porque ela me torna um ser humano aberto as mazelas do outro. Porque constantemente a religião traz isso, por exemplo, eu como cristã eu quero seguir o papel de Cristo, porque senão eu não seria cristã” (Entrevistada 1).

“Porque assim eu observo que muitos conselheiros que não tem uma convicção religiosa tratam de uma forma muito natural. “não, atendimento medico e basta”. Mas acho que não, acho que a gente tem que procurar entender o que tá se passando ali dentro daquela pessoa, não só observar a situação médica dela, mas observar também a parte emocional, o que tá se passando dentro das emoções dela, não só a parte física e médica” (Entrevistada 2).

“Sim, é isso que to te falando. Porque a partir do momento que eu tenho um temor por Deus, a partir do momento que eu o amo e ai eu vou tratar todo mundo com respeito, não é porque eu to do lado dessa cadeira de cá, que você tá ai sendo atendida, que eu vou achar que eu sou melhor do que você. Porque de uma certa maneira eu vou tá na frente da semelhança de Deus, então uma pessoa que tem esse amor por Deus eu acredito que ele em qualquer função independente de ser conselheiro, independente de ser policial, qualquer órgão... eu acho que a partir do momento que você tem Deus no coração, ele te segue o tempo todo, ele te põe o temor, ele sabe como você falar com as pessoas” (Entrevistada 3).

Essa dimensão religiosa na prática individual também esteve presente durante a origem do Serviço Social. Fazendo um paralelo com a profissão vemos que a ausência de um projeto societário emancipatório que defenda o fim de toda desigualdade social, acaba por contribuir nessa percepção. O indivíduo transforma-se mais em um objeto de caridade para fins religiosos, do que em um sujeito detentor de direitos. Em seu estudo sobre as “Relações

Sociais e o Serviço Social no Brasil”, Iamamoto (2014) discorrerá que embebidos da doutrina social católica, a base da profissão substituiu a análise da realidade e a prática social no enfrentamento a questão social por valores e exigências. Ou seja, por uma interpretação moralizadora dos fenômenos sociais. A solução encontrada permaneceria então sob um enfoque ético e religioso, resultando em invocação da consciência.

À medida que não se desenvolve uma teoria alicerçada a prática cotidiana não é possível quebrar esse paradigma. O que representou também um retrocesso a essa política, que desde a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, procura romper com as visões assistencialista-filantrópica, e correccional-repressiva sobre esses sujeitos. Mais uma vez a precarização do processo de formação incide diretamente no trabalho realizado por esses agentes.

Outro ponto observado nas entrevistas é a importância dada aos serviços prestados pelas Instituições com o viés religioso. Para as conselheiras, essas instituições cumprem um papel fundamental justificado pela omissão do Estado na prestação de alguns serviços. Apesar de haver a compreensão da responsabilidade estatal por esses serviços, o conselheiro tutelar trabalha a partir de uma rede de serviços ofertados na comunidade. A precarização dos serviços públicos incide então, diretamente no encaminhamento dos casos as entidades religiosas.

“Então a importância é justamente essa, porque quando eu encaminho pra um órgão publico ali tem um funcionário publico que ele vai seguir ali, que não é errado, o trabalho dele, cumprindo as oito horas de trabalho, se ele adoecer ele vai tirar o atestado dele que é por direito. Ou as vezes ele pode ter preguiça, as vezes ele pode demandar um pouco, deixar um pouco pra trás, enfim. Mas quando é uma religião, quando é uma denominação religiosa, que a gente recorre pra ofertar algum serviço pra garantia do direito da criança e do adolescente ele vai fazer com muito afinco, com muita presteza. E é descontinuado, se sair um logo outro entra. É incrível o trabalho que as pessoas prestam” (Entrevistada 1).

“Então as instituições religiosas prestam esse serviço que é de extrema importância, de não deixar essas crianças sozinhas sob situação de vulnerabilidade, trazer essas crianças pra que elas tenham condições melhores, de se alimentar. Muitas vezes ela não tem condições de se alimentar em casa, a alimentação é precária, nessas instituições elas tem uma alimentação mais digna, tem um reforço escolar, ou fazer alguma atividade esportiva, uma atividade lúdica” (Entrevistada 2).

Sendo assim, a importância da religião para as profissionais advém de uma base moral e de uma ética religiosa. Estas estiveram presentes na construção história da política da infância e também em algumas profissões, como o Serviço Social. No entanto, destaco a necessidade de romper com essa visão, visto que pensar sobre as bases da “solidariedade” e

da “ajuda” é retroceder avanços importantes na área da infância e da adolescência, principalmente em relação aos avanços conquistados na década de 80 com a instituição do ECA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de desenvolvimento e de descoberta do sentimento da infância foi influenciado em grande parte pela Igreja Católica. No decorrer desse processo a criança passa a ser representada pela sociedade sob um olhar de um ser ingênuo e passível de afeto e atenção. Surgem dois sentimentos responsáveis por essa “descoberta”, a “paparicação”, que corresponde mais a esse olhar sob uma pureza presente na criança, e a “moralização” que surge dentro das relações familiares e que enxerga criança como um ser passível de ser moralizado e educado.

O impacto desses dois sentimentos para a sociedade e para as famílias do século XVII foi determinante para a mudança do lugar ocupado pela infância nesses espaços. Já por volta do século XVIII surge outro fator que será também determinante para a construção do pensamento ocidental sobre a infância, as altas taxas de mortalidade infantil acabam por gerar uma preocupação com a saúde física das crianças.

Com relação a particularidade brasileira no trato a infância fizemos importantes reflexões com relação ao legado deixado pela exploração e pela colonização sobre os povos que aqui habitavam/vieram habitar. Sob as crianças encontrava-se um olhar “tutelado”, prevalecendo um processo de “adultização” sobre seus comportamentos e ate mesmo seus corpos.

No entanto, entendemos que romper com esses olhares equivale pensar a criança enquanto sujeito portador de “vez” e de “voz”. É entender a particularidade dessa fase da

vida, sem restringi-la apenas ao que ela “vai vir a ser”, mas entendendo-a como um sujeito completo em sua totalidade. E esse pensamento e compreensão só foi possível graças aos avanços alcançados na sociedade brasileira a partir da instituição da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, também conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O ECA trouxe mudanças significativas para a política da infância brasileira. Rompendo com a antiga legislação vigente (Código de Menores de 1927 e 1979), substituiu o termo “menor” por “criança e adolescente” e com isso rompe com a visão “objetificadora” transformando-o em sujeitos de direitos.

Esses avanços são conquistados na década de 80 a partir da participação dos movimentos sociais em luta pela garantia dos direitos do público infanto-juvenil. Essa década também é responsável pela elaboração da Constituição Brasileira, a mais democrática já estabelecida no país que permitiu passos importantes para elaboração do ECA. Buscou romper com o autoritarismo do governo anterior (Ditadura Militar), seguindo um desenho institucional de caráter mais democrático, descentralizado e com a participação ativa da sociedade na fiscalização, controle e gestão de espaços e políticas públicas. Foi também a primeira Constituição da história a estabelecer direitos à população infanto-juvenil.

É dentro dessa nova concepção que surge o Conselho Tutelar, criado a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente, tem como perspectiva um modelo descentralizado e municipalizado, e que aposta na desinstitucionalização do atendimento às crianças e adolescentes. Sua criação é considerada um avanço na política da infância, pois torna-se um agente fiscalizador das violações de direitos contra crianças e adolescentes.

Os desafios postos a esse órgão perpassam as mais diversas áreas, como citado no texto temos a judicialização das suas práticas. Porém não tira a sua importância para a garantia dos direitos de crianças e dos adolescentes. Entendemos há a necessidade da construção e da “modelagem” através de estudos e reflexões sobre suas práticas visando a melhoria do serviço e a capacitação dos seus agentes.

Por isso a análise dessa pesquisa consistiu no estudo buscando apreender quais as formas de interações existentes entre o Conselho Tutelar e as Instituições Religiosas. Através das informações obtidas pelas três entrevistas semiestruturadas realizadas em três Conselhos da Região Administrativa de Ceilândia podemos apontar que as interações acontecem. Durante a análise destacamos três tipos importantes de interações, a importância da provocação

das comunidades religiosas para a atuação do Conselho Tutelar no território, a prestação de serviços pelas instituições religiosas ou por Instituições coordenadas por elas, e a participação de líderes religiosas no encontros mensais da rede de proteção da RA.

Ao que diz respeito a primeira forma de interação entendemos a sua importância para a comunidade e para o trabalho do conselheiro tutelar. A partir do olhar e iniciativa de alertar o órgão comunitário a comunidade consegue interagir de uma forma positiva para o andamento da política. Pois entende a responsabilidade desse órgãos para com a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Já em relação aos serviços prestados pelas Instituições Religiosas ou por Instituições do terceiro setor coordenadas por elas, entendemos que há uma influência da política econômica, bem como da própria estrutura de dominação e desigual presente na sociedade. A precarização dos serviços públicos com base em uma lógica neoliberal de privatização do bem público leva ao acionamento de outros serviços descentralizados da política estatal. A crescente desresponsabilização do Estado com relação a algumas das áreas de execução da política da infância leva os conselheiros muitas vezes a solicitar “ajuda” de Instituições Religiosas.

E a terceira interação que corresponde a participação dos líderes religiosos na reunião da rede de proteção demonstra a fragilidade do Estado Laico Brasileiro. Apontamos, portanto, que essa participação demonstra que a política da infância ainda sofre com retrocessos por não conseguir se dissociar das “visões caritativas”. Ressaltamos também a crítica feita pelas próprias conselheiras a essa reunião em que deveriam ser discutidos, de acordo com elas, o fluxo de atendimento da rede e acaba não acontecendo devido a presença de “pessoas da comunidade” que não compreendem como acontece, e acabam dificultando esse processo. Ressaltamos também a crítica feita pelas próprias conselheiras a essa reunião em que deveriam ser discutidos, de acordo com elas, o fluxo de atendimento da rede e acaba não acontecendo devido a presença de “pessoas da comunidade” que não compreendem como acontece, e acabam dificultando esse processo.

Ressaltamos, portanto a importância do processo de formação continuada do conselheiro tutelar, a partir de uma perspectiva teórica de emancipação do sujeito. Entendemos que é a melhor forma de promover uma reflexão sobre os desafios desse cargo,

além de fornecer as ferramentas necessárias para a compreensão da realidade e para intervir sobre ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

BANDEIRA JT. **Conselho Tutelar: espaço público da democracia participativa e seus paradoxos**. 2006. 216f. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2006.

BARBOSA, Carlos Henrique Macena. **Entre a cidadania e a estigmatização**: representações sociais de família dos conselheiros tutelares do município de Niterói – Rio de Janeiro. In:_____. Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

BEHRING, E. R. ; BOSCHETTI, Ivanete . **Política Social - fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011. v. 1. 213p .

BOURDIEU, Pierre. **Gênese e estrutura do campo religioso**. In:_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo, Perspectiva, 1980.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos (SDH). **Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares: Histórico, Objetivos, Metodologia e Resultados / Andrei Suárez Dillon Soares (Org.)** – Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2013. Disponível em: <http://www.mpap.mp.br/images/infancia/Cadastro_CT.pdf>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília – DF.

_____. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.242**, de 12 de outubro de 1991. Cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências.

_____. **Resolução 113 do CONANDA, de 19 de abril de 2006**. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Disponível em:<

<http://www.direitosdacrianca.gov.br/conanda/resolucoes/113-resolucao-113-de-19-de-abril-de-2006/view>>. Acesso em: 04 de junho de 2018.

_____. **Lei nº 12.696**, de 25 de julho de 2012. Altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares.

_____. **Lei nº 5.294**, de 13 de julho de 2014. Dispõe sobre os Conselhos Tutelares do Distrito Federal e dá outras providências.

CAMPOS, Daniel de Souza. **Análise da Atuação do Conselho Tutelar diante dos Casos Notificados de Abuso e Exploração Sexual**. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, Rio de Janeiro, RJ, p.142, 2014.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **A produção do conhecimento em torno dos Conselhos Tutelares: uma análise de teses e dissertações**. In:_____. Conselhos Tutelares: desafios teóricos e práticos da garantia de direitos da criança e do adolescente. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

CONANDA. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar: orientações para a criança e funcionamento**. Brasília: Conanda, 2007.

DAGNINO, Evelina. **Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil**. In: DAGNINO, Evelina (Org), Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FALEIROS, Vicente de Paula. Infância e Processo Político no Brasil. In: PILOTTI, Francisco; RIZZINI, Irene (orgs). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

GUERRA, Yolanda A. D. **No que se sustenta a falácia de que? Na prática a teoria é outra?**. In: X Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 2006, Recife-PE. Anais do X ENPES. Recife: Editora da UFPE, 2006. v. 01. p. 332-341.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação teórico-metodológica. 41ª. ed. , 2014. 400p .

KAMINSKI, André. **Conselhos Tutelares: perspectivas.** In: Conselho Tutelar: Gênese, Dinâmica e Tendências. 11. ed. Canoas: Ed. ULBRA, 2002. p.133-147.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber:** Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPES, Jader Janer Moreira. “É coisa de criança”: reflexões sobre geografia da infância e suas possíveis contribuições para pensar as crianças. In: VASCONCELLOS, Tânia de (Org.). **Reflexões sobre Infância e Cultura.** Niterói: EdUFF, 2008.

LOPÉZ, Maximiliano Valério. Infância e Colonialidade. In: VASCONCELLOS, Tânia de (Org.). **Reflexões sobre Infância e Cultura.** Niterói: EdUFF, 2008. MARX, K. 1843. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel.** In: MARX, K.; ENGELS, F. Sobre a Religião. Lisboa: Edições 70. MARX, K. 1843. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel.** In: MARX, K.; ENGELS, F. Sobre a Religião. Lisboa: Edições 70.

LUIZ, Edson Beú. **Os filhos dos candangos:** Brasília sob o olhar da periferia. 1. ed. Brasília: Editora UnB, 2013. 144p.

MARX, K. 1843. **Crítica da filosofia do Direito de Hegel.** In: MARX, K.; ENGELS, F. Sobre a Religião. Lisboa: Edições 70.

MAUAD, Ana Maria. A vida das crianças de elite durante o Império. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2007.

MONTERO, Paula. **Controvérsias religiosas e esfera pública: repensando as religiões como discurso.** In:_____. Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 32(1): 167-183, 2012.

MONTERO, Paula. **Religião, laicidade e secularismo: um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro.** Cultura y Religión (En línea), v. II, p. 132-150, 2013.

NASCIMENTO et al. **Conselhos Tutelares.** In: Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente./ Assis, Simone Gonçalves de (Org.)... [et al.] – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

NASCIMENTO, Maria Livia do; SCHEINVAR, Estela. **De como as práticas do conselho tutelar vêm se tornando jurisdicionais**. Aletheia, núm. 25, enero-junio, 2007, pp. 152-162. Universidade Luterana do Brasil. Canoas, Brasil.

NETTO, José Paulo. **O que é marxismo**. 7. ed. S. Paulo: Brasiliense, 1985. v. 1. 94p .

OLIVEIRA, Lygia Maria Bitencourt Moura. **A assistência religiosa no Hospital Regional de Sobradinho**: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de Brasília/ UnB. Brasília - DF, 122p, 2013.

RIZZINI, Irene. Crianças e menores do pátrio poder ao pátrio dever. Um histórico da legislação para a infância no Brasil. in. RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org). **A arte de governar crianças**: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irmã. **A institucionalização de crianças no Brasil**: percurso histórico e desafios do presente. Rio de Janeiro: Ed. PUC- Rios; São Paulo: Loyola, 2004.

SANTOS, Benedito; TORRES, Abigail; NICODEMOS, Carlos; DESLANDES, Suely. Desenvolvimento de paradigmas de proteção para crianças e adolescentes brasileiros. In: **Teoria e prática dos conselhos tutelares e conselhos dos direitos da criança e do adolescente**./ Assis, Simone Gonçalves de (Org.)... [et al.] – Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz; Educação a Distância da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, 2009.

SÊDA, Edson. **XYZ do Conselho Tutelar**. São Paulo: IMESP, 1997.

SILVA, Sandro Ramon Ferreira da. **Teologia da libertação**: Revolução e reação interiorizadas na Igreja, Niterói, 2006. 144 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Departamento de Pós Graduação em História, Niterói, 2006.

SOUZA, Rodriane de Oliveira. **Participação e controle social**. In: SALES, Mione Apolinario. et. al. Política Social Família e juventude: Uma questão de direitos. São Paulo; Cortez, 2009.

TATAGIBA, Luciana. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas**. In. DAGNINO, Evelina (Org), Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil, São Paulo: Paz e Terra, 2002.

TORRES, Roberto. **O neopentecostalismo e o novo espírito do capitalismo na modernidade periférica.** Universidade Federal de Juiz de Fora. Perspectivas, São Paulo, v.32, p.85-125, jul/dez, 2007.

VASCONCELLOS, Tânia de. Infância e Narrativa. **Reflexões sobre Infância e Cultura.** In: Niterói: EdUFF, 2008.

APÊNDICE 1

Roteiro de entrevistas

1. Como surgiu seu interesse na área da política da infância?
2. Você já trabalhou em alguma Instituição Pública?
3. Você já trabalhou em alguma Organização Não-Governamental (ONG) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP)?
4. Você já atuou em alguma Instituição Filantrópica ou Religiosa na área da infância?
5. Qual o direcionamento filantrópico da Instituição?
6. De onde vem sua vontade em se tornar conselheiro tutelar?
7. Fale um pouco sobre o processo de formação do conselheiro tutelar. Quais são as atividades ofertadas pelos órgãos que coordenam a política da infância no Distrito Federal?
8. Qual a periodicidade dessas atividades?
9. Fale um pouco sobre como é a articulação com a rede. Quanto tempo em média leva para uma demanda ser atendida?
10. Quais as medidas ou procedimentos são realizados (as) quando uma demanda não é atendida ou leva muito tempo para ser atendida?
11. Como você avalia o retorno dos encaminhamentos realizados pelo conselho aos outros órgãos da rede?
12. Como se decide sobre qual encaminhamento realizar (fluxo/intuição/experiência)?
13. Fale um pouco sobre a participação das instituições religiosas nas ações do CT. Quais são as principais atividades desenvolvidas em parceria com essas entidades?
14. Para você qual a importância da religião no desenvolvimento da política da infância?
15. Em sua opinião, de que forma a religião contribui na sua atuação profissional?

APÊNDICE 2

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

O Senhor (a) está sendo convidado a participar do Trabalho de Conclusão de Curso “Análise das interações religiosas nos Conselhos Tutelares da Ceilândia”, de responsabilidade de Fábio Felix Silveira. O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma os Conselhos Tutelares da Ceilândia interagem com as Instituições Religiosas. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Você receberá todos os esclarecimentos necessários antes, durante e após a finalização da pesquisa, e lhe asseguro que o seu nome não será divulgado, sendo mantido o mais rigoroso sigilo mediante a omissão total de informações que permitam identificá-lo(a). Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como questionários, entrevistas, fitas de gravação ficarão sob a guarda do pesquisador responsável.

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, com um (1) conselheiro tutelar de cada Instituição visitada. É para o procedimento da entrevista que você está sendo convidado a participar.

Há o risco de exposição individual, considerando que a pesquisadora irá se apropriar de informações em relação ao seu cotidiano profissional. O sigilo estará garantido em todas as etapas da pesquisa, a fim de evitar qualquer tipo de exposição indesejada. A pesquisadora será responsabilizada por qualquer informação divulgada sem a devida autorização. Se você aceitar participar, estará contribuindo para o aprofundamento do debate que articule religião e política da infância.

Sua participação é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você é livre para recusar-se a participar, retirar seu consentimento ou interromper sua participação a qualquer momento. A recusa em participar não irá acarretar qualquer penalidade ou perda de benefícios.

Se você tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Fábio Felix Silveira, no Departamento de Serviço Social (SER/UNB), no telefone (61) 98168-7889, ou para Pâmela Queiroz Folha, no telefone (61) 996306320. Pode também entrar em contato através dos e-mails: fabiofelix50@gmail.com ou pamelaqueiroz9012@gmail.com.

Os resultados da pesquisa serão divulgados nos Conselhos Tutelares de Ceilândia, podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Este projeto foi revisado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília - CEP/IH. As informações com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do sujeito da pesquisa podem ser obtidos através do e-mail do CEP/IH cep_ih@unb.br. Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Assinatura do (a) participante

Assinatura do (a) pesquisador

Brasília, __ de _____ de _____

APÊNDICE 3

Parecer Consubstanciado do CEP

UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Análise das interações religiosas nos Conselhos Tutelares da Ceilândia

Pesquisador: FABIO FELIX SILVEIRA

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 85559818.5.0000.5540

Instituição Proponente: Instituto de Ciências Humanas/UNB

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 2.645.547

Apresentação do Projeto:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 27 de abril de 2018.

Objetivo da Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 27 de abril de 2018.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 27 de abril de 2018.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 27 de abril de 2018.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Inalterado em relação ao parecer substanciado emitido pelo CEP/CHS no dia 27 de abril de 2018.

Recomendações:

Sugere-se que o nome do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) e o email (cep_chs@unb.br) sejam atualizados em todos os documentos. Sugere-se, finalmente,

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE **CEP:** 70.910-900
UF: DF **Município:** BRASÍLIA
Telefone: (61)3107-1592 **E-mail:** cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.645.547

que substitua-se a Resolução 196/1996 pela Resolução 466/2012, atualmente em vigor, em todos os documentos.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador sanou todas as pendências apontadas pelo CEP/CHS. A pesquisa foi aprovada.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1079604.pdf	01/05/2018 22:23:08		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PTCC_reformulado.docx	01/05/2018 22:18:50	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Outros	Carta_resposta.docx	01/05/2018 22:18:10	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA_reformulado.docx	01/05/2018 22:16:26	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_quatro_reformulado.docx	01/05/2018 22:16:04	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_tres_reformulado.docx	01/05/2018 22:15:37	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_um_reformulado.docx	01/05/2018 22:15:16	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Outros	carta_de_encaminhamento.doc	16/03/2018 09:25:00	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Outros	curriculo_lattes_dois.pdf	07/03/2018 08:50:50	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Outros	Curriculo_lattes.pdf	06/03/2018 23:46:57	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	carta_revisao_etica.docx	06/03/2018 23:22:10	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.docx	06/03/2018 23:20:00	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Outros	Roteiro_de_entrevistas.docx	21/02/2018 18:58:48	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
 Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
 UF: DF Município: BRASÍLIA
 Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

**UNB - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS HUMANAS E
SOCIAIS DA UNIVERSIDADE**



Continuação do Parecer: 2.645.547

Folha de Rosto	folha_de_rosto.pdf	21/02/2018 18:52:35	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PTCC.docx	21/02/2018 18:47:48	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	aceite_institucional_quatro.pdf	20/02/2018 14:20:41	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	aceite_institucional_tres.pdf	20/02/2018 14:20:23	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	aceite_institucional_um.pdf	20/02/2018 14:20:08	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_quatro.docx	20/02/2018 14:19:03	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_tres.docx	20/02/2018 14:18:49	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	tcle_um.docx	20/02/2018 14:18:35	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito
Orçamento	orcamento.docx	20/02/2018 14:18:11	FABIO FELIX SILVEIRA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BRASILIA, 09 de Maio de 2018

Assinado por:
Érica Quinaglia Silva
(Coordenador)

Endereço: CAMPUS UNIVERSITÁRIO DARCY RIBEIRO - FACULDADE DE DIREITO - SALA BT 03/1 (Ao lado da Direção)
Bairro: ASA NORTE CEP: 70.910-900
UF: DF Município: BRASILIA
Telefone: (61)3107-1592 E-mail: cep_chs@unb.br

Página 03 de 03